

**GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO,
REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO
POLÍTICO – PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS
ESTADUAIS DE MINAS GERAIS**

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA/PIP/EF

2014

“Falar de projeto é pensar na utopia não como algo impossível, mas como algo que pode ser realizado, a possibilidade real de existir. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.”

(Celso Vasconcelos, p. 110)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PARTE I	
O PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO (PPP)	5
1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES DO PPP	6
1.1 CONCEITO	6
1.2 CARACTERÍSTICAS	7
1.3 FINALIDADES	7
2. OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	8
3. PRESSUPOSTOS LEGAIS	8
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS DO PPP	8
5. ARTICULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO COM O PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	8
6. ARTICULAÇÃO DO PPP COM O REGIMENTO ESCOLAR	9
7. AS DIMENSÕES: PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS	9
PARTE II	
METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO, REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP	11
1. ETAPAS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO, REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP	11
2. REFLEXÕES SOBRE AS ETAPAS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP	13
1ª ETAPA - MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	13
2ª ETAPA - IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	13
3ª ETAPA - PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA, OBJETIVOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO, METAS DA ESCOLA E CONCEPÇÕES	14
4ª ETAPA - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA COM A COMUNIDADE ESCOLAR	16
5ª ETAPA - FORMATAÇÃO DO PPP	18
6ª ETAPA - DIVULGAÇÃO DO PPP JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR	18
7ª ETAPA - IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	18
PARTE III	
O PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA FICTÍCIA (ESCOLA ESTADUAL DR. MARCELO DE OLIVEIRA)	19
PARTE IV	
A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E OS ANEXOS	46

APRESENTAÇÃO

Este Guia foi elaborado com a finalidade de orientar e assessorar os gestores das Escolas Estaduais de Minas Gerais no processo de elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Pretende-se, com as orientações aqui apresentadas, fazer chegar a todas as Escolas Estaduais Mineiras informações basilares sobre questões pedagógicas, administrativas, jurídicas e financeiras que permitirão, tanto aos mais experientes quanto aos que iniciam agora sua atuação como gestores, compreenderem a importância do PPP e o caminho que deve ser trilhado durante sua elaboração, revisão e/ou reestruturação.

As etapas de elaboração, revisão e/ou reestruturação propostas foram pensadas para provocar reflexões e reações nas escolas, portanto sugerem-se zelo e primoroso cuidado na execução de cada uma delas.

A sistematização das orientações constantes deste Guia fundamenta-se nos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade, contextualização e nos princípios éticos, estéticos e políticos que são essenciais à formação que se quer para os estudantes mineiros.

O PPP é compreendido como importante instrumento de democratização da educação, da identidade da escola, organização das práticas pedagógicas e definição de conceitos que serão adotados pela comunidade no que se refere à educação que se quer. Deve traduzir o que cada escola tem como proposta em relação ao currículo, forma de gestão, organização das práticas de ensino, formas de avaliação e, principalmente, o diagnóstico da situação atual com perspectiva de onde se deseja chegar.

Portanto este Guia, dirigido aos gestores, representa a contribuição da SEE/MG para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do PPP, para que cada escola avance, com segurança, rumo ao compromisso de todos com a educação pública, capaz de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam as escolas integrantes do Sistema Mineiro de Educação.

Para fins didático, está dividido em 4 (quatro) partes: A **PARTE I** traz Conceito, Características, Finalidades, Objetivos, Pressupostos Legais, Articulação do PPP com o Plano de Intervenção Pedagógica e Articulação do PPP com o Regimento Escolar. A **PARTE II** traz a metodologia para a Elaboração, Revisão e/ou Reestruturação do PPP. A **PARTE III** traz o Projeto Político-Pedagógico de uma Escola fictícia (Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira), onde foram relacionadas as referências citadas nas partes I e II deste caderno.

A **PARTE IV** traz a Referência Bibliográfica e os Anexos contendo orientações para a implementação das ações do PPP pelas Escolas Estaduais.

Firma-se, pois, o compromisso de se ter este Guia como referência pedagógica e respaldo legal para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político-Pedagógico, visando ao cumprimento das Diretrizes, Missão, Objetivos e das Metas de desempenho escolar definidas conjuntamente pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Superintendências Regionais de Ensino, Escolas Estaduais e sua Comunidade.

Belo Horizonte, agosto de 2014
Secretaria de Estado de Educação

PARTE I

O PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

PARTE I - O PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO

1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES DO PPP

1.1. CONCEITO

Etimologicamente, a palavra projeto vem do latim, participio passado de *projicere*, que significa lançar para frente. Projeto pode ser entendido, ainda, como intento, desígnio, empreendimento. Com base nessas ideias, o PPP é concebido como um instrumento teórico-metodológico que a Escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função social.

O Projeto Político-Pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, é um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam as práticas pedagógicas e administrativas da escola, obedecendo as normas do sistema educacional. É a forma pela qual se exerce a autonomia da escola, levando-se em consideração os alunos, os professores, os demais servidores da escola e a comunidade escolar. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social.

O Projeto Político-Pedagógico deve ser entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola em dois níveis: na organização do trabalho escolar como um todo e na organização do trabalho pedagógico de sala de aula.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, como um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

A organização do trabalho escolar é baseada nos princípios da gestão democrática. Neste sentido, é apenas em meio ao diálogo e à criatividade que a comunidade escolar encontra seu próprio meio de organizar-se e gerir seu trabalho. Uma vez definido que a comunidade escolar participa da elaboração do projeto, definem-se os seus eixos norteadores.

Essa proposta de trabalho exige uma mudança de mentalidade dos membros da comunidade escolar. Afinal, constitui-se em um processo democrático de tomada de decisões, com o objetivo de organizar o trabalho pedagógico no sentido de reconhecer os conflitos, buscando a superação das relações competitivas e autoritárias e diminuindo a fragmentação do trabalho escolar. O Projeto Político-Pedagógico da escola facilita a consolidação da elaboração mútua e o exercício de construção coletiva, ao

mesmo tempo em que se desencadeiam as experiências inovadoras que já estão acontecendo na escola. Para a concretização do projeto é fundamental que a responsabilidade do mesmo não recaia sobre a direção da escola, visto que uma gestão democrática implica na socialização do poder.

Assim, a escola que almeja realizar uma ação pedagógica, coerente com as finalidades que persegue, deve criar um espaço de discussão coletiva, com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela.

A natureza e a finalidade da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia, classe social e diversidade cultural que compõem as ações educativas, particularmente a organização e a gestão curricular, são os componentes que subsidiam as demais partes integrantes do PPP. Nele, devem ser previstas as prioridades institucionais que identificam a escola. Além de se observar tais critérios e compromisso, deve-se definir o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas pela unidade escolar, de acordo com as especificidades que lhe correspondam, preservando a articulação orgânica daquelas etapas. Reconhecendo o currículo como coração que faz pulsar o trabalho pedagógico na sua multidimensionalidade e dinamicidade, o PPP deve constituir-se:

- I – do diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizado no espaço e no tempo;
- II – da concepção da educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e modalidade escolar;
- III – da definição da qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que nela se refletem;
- IV – das formas de acompanhamento sistemático aos resultados do processo de avaliação interna e externa (SIMAVE/PROALFA e PROEB, SAEB, Prova Brasil, dados estatísticos resultantes das avaliações em rede nacional e outras; pesquisas sobre os sujeitos da Educação Básica), incluindo resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;
- V – da implantação dos programas de acompanhamento ao acesso, à permanência dos estudantes e de superação à retenção escolar;
- VI – da explicitação das bases que norteiam a organização do trabalho pedagógico tendo como foco os fundamentos da ges-

tão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados, de representação estudantil e dos pais).

O PPP, independentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática e de qualidade social para todos. O PPP, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos da aprendizagem, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e a participação social, deve contemplar:

- I – o diagnóstico da realidade da escola;
- II – as concepções da escola sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e outras;
- III – o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida – conhecimento – cultura – professor - estudante e instituição escolar;
- IV – as bases que norteiam a organização do trabalho pedagógico;
- V – a definição de qualidade das aprendizagens da escola;
- VI – os fundamentos da gestão democrática;
- VII – o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos alunos e de superação da retenção escolar;
- VIII – o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação da escola;
- IX – as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa;
- X – a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda às normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional.

Constitui num documento formal, intencional que se revela como articulador dos processos que ocorrem na escola, desde o mais simples aos mais complexos.

A dimensão do conceito “Político” se justifica por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com interesses reais e coletivos da população majoritária e o “Pedagógico” por concretizar as ações e os propósitos do trabalho educativo. Veiga, (1995);

1.2. CARACTERÍSTICAS DO PPP

Segundo Vasconcellos (2002), o PPP tem as seguintes características:

Quanto à Abrangência – deve ser amplo, integral e global, possibilitando a unidade e organicidade aos demais projetos da Escola. Garante a articulação coerente entre o particular e o geral, funcionando como guarda-chuva para outros projetos.

Quanto à Duração - a programação deve prevê atividades para o ano todo, ou mesmo para vários anos. O Diagnóstico e a Programação são revistos ano a ano, o Marco Referencial costuma permanecer o mesmo por 2, 3 ou mais anos.

Quanto à Participação – deve ser coletiva, democrática. Implica o envolvimento efetivo dos vários segmentos que compõem a Escola, bem como a comunidade escolar.

Quanto à Concretização – deve ser processual. Não se esgota na elaboração de um texto ou documento, ou na realização de uma atividade. Pauta-se no exercício crítico, na avaliação permanente, está sempre sendo (re)construído.

1.3. FINALIDADES DO PPP

Por finalidades, entendem-se os valores educativos com os quais a Escola se compromete. São os atributos que se quer proporcionar a cada aluno, como forma de contribuir para uma sociedade com mais qualidade de vida para todos. Por serem finalidades, esses atributos são o resultado final esperado para o processo do ensino ministrado na Escola. Isso significa que eles são construídos ao longo do processo, através do alcance dos objetivos das Etapas e Modalidades de Ensino ofertados pela Escola.

Para Vasconcelos (2002), o **PPP** tem como finalidades:

- Resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana), possibilitando a (re)significação do trabalho; superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade; resgatar a potência da coletividade; gerar esperança;
- Dar um referencial de conjunto para a caminhada; aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (e não a uniformidade); superar o caráter fragmentário das práticas em educação; a mera justaposição;
- Possibilitar a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Ser um canal de participação efetiva; superar as práticas autoritárias e/ou individualistas
- Ajudar a superar as imposições ou disputas de vontades individuais, na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- Aumentar o grau de realização/concretização do trabalho;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia (caminhar com as próprias pernas) e na criatividade (descobrir o próprio caminho);
- Colaborar na formação dos participantes.

Tudo isso convergindo para sua finalidade maior que é **“assegurar o sucesso de aprendizagem de todos os alunos da Escola”**.

De acordo com Setúbal (1994), é importante ressaltar que o PPP não começa e finaliza de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas bem simples e que se amplia ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação.

2. OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dentre os objetivos do PPP destacam-se:

- Garantir a autonomia da Escola por meio da concepção e ação de todos os envolvidos no processo, de forma democrática e participativa;
- Definir, com clareza, os elementos que sustentam a própria concepção de educação, currículo Escolar, aprendizagem dos alunos, avaliação da aprendizagem e sua operacionalização;
- Promover a articulação das várias formas de planejamento do trabalho da Escola; de modo especial, do PIP com vistas à melhoria do desempenho dos alunos.

3. PRESSUPOSTOS LEGAIS

O Projeto Político-Pedagógico deve estar respaldado legalmente na Constituição Federal da República, na Constituição Estadual de Minas Gerais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9394/96, nos Planos Nacional e Estadual de Educação, nas Diretrizes do Conselho Nacional e Conselho Estadual de Educação para a Educação Básica, bem como na legislação e normas da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, especialmente a Resolução SEE/MG nº 2197/2012.

A LDB nº 9394/96 delega à escola a tarefa de elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino. Impõe aos segmentos da escola a incumbência de participar da elaboração do PPP, além da elaboração e cumprimento dos Planos. Ressalta ainda, a importância de informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento escolar dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS DO PPP

O conjunto de princípios abaixo definidos, que dá identidade à escola, tem caráter permanente, fundamenta as ações pedagógicas da escola de forma transversal, perpassando por todos os componentes curriculares.

Assim, as escolas estaduais deverão adotar, como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

PRINCÍPIOS ÉTICOS

São os princípios relacionados à justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

PRINCÍPIOS POLÍTICOS

Estão relacionados ao reconhecimento dos direitos e deveres e cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades.

PRINCÍPIOS ESTÉTICOS

Estão relacionados ao cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Esses princípios deverão estar voltados para o desenvolvimento de ações que estimulem a criatividade, a criticidade, a curiosidade e a emoção e as diversas manifestações artísticas e culturais.

5. ARTICULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COM O PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A articulação do PPP com o Plano de Intervenção Pedagógica se dá na medida em que a análise dos resultados das avaliações interna e externa da aprendizagem dos alunos é levada em conta na elaboração e implementação do Plano de Intervenção Pedagógica – PIP, representando o ciclo de trabalho da Escola que, uma vez realizado com excelência, possibilitará a aprendizagem de todos os alunos no tempo certo.

O PPP deve focar pressupostos básicos que devem estar também explicitados no PIP, como: o aluno no centro das atenções; Foco das Escolas no pedagógico; Trabalho integrado; Articulação das ações pedagógicas da Escola com as Competências/Habilidades que deverão ser desenvolvidas e consolidadas pelos alunos; Formação continuada dos Professores; Cumprimento das metas do PROALFA/PROEB, pactuadas pela Escola com a SRE/SEE.

Neste caminhar, a Escola deve revisar e/ou reestruturar o PPP, de forma coletiva, envolvendo todos os Professores, Especialistas em Educação Básica e demais segmentos da Comunidade Escolar.

Importante!

Conforme orientações contidas nas Revistas Pedagógicas do PROALFA e PROEB, a Escola deverá realizar a intervenção pedagógica acontecer, desenvolvendo ações pedagógicas que devem estar explicitadas no PIP, tais como:

- Criação do Laboratório de Aprendizagem;
- Enturmação temporária por conteúdos;
- Enturmação temporária por turmas contemplando os níveis de dificuldade;

- *Atendimento a pequenos grupos de alunos de forma sistematizada.*

6. ARTICULAÇÃO DO PPP COM O REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento Escolar é um conjunto de normas que regem as relações intra e extraescolares, articuladas com o PPP e dispõe sobre as intenções educativas da Escola desejada pela Comunidade, as atribuições e competências dos ocupantes das diferentes funções, os órgãos colegiados existentes e as normas administrativas, financeiras e disciplinares para o funcionamento da Escola.

Dessa forma, o Regimento Escolar legitima as ações propostas no PPP regulamentando todas as ações implementadas e os atos escolares praticados no âmbito da Escola.

O PPP e o Regimento Escolar de cada Unidade de Ensino devem ser elaborados atualizados em conformidade com a legislação e assegurar a participação de todos os segmentos representativos da Escola, da Inspeção Escolar e das Equipes Central e Regional do Programa de Intervenção Pedagógica - PIP, devendo ser aprovados pelo Colegiado da Escola, implementados e amplamente divulgados na Comunidade Escolar.

7. AS DIMENSÕES: PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS

A Escola deverá sistematizar a discussão de um PPP que leva em conta suas várias dimensões: Pedagógica, Administrativa, Financeira e Jurídica, as quais devem ser percebidas e compreendidas de forma articulada, integradas voltadas para o sucesso da aprendizagem do aluno.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Essa dimensão diz respeito ao trabalho da Escola como um todo em sua finalidade primordial: o Processo Pedagógico e a todas as atividades desenvolvidas tanto dentro quanto fora da sala de aula, inclusive à forma de gestão, à abordagem curricular, avaliação da aprendizagem dos alunos (interna e externa) e à relação Escola-Comunidade.

São aspectos que dizem respeito à dimensão pedagógica:

- Organização Curricular - os objetivos, as competências/habilidades que devem ser consolidadas pelos alunos, a metodologia de ensino e os processos de avaliação da aprendizagem dos alunos;
- Faixa Etária dos alunos, necessidades e valores dos alunos;
- Dados sobre repetência, evasão, relação ano de escolaridade/idade;
- Definição de estratégias de Intervenção Pedagógica para o

atendimento aos alunos que se encontram abaixo do Nível Recomendável nas avaliações do PROALFA E PROEB;

- Resultado da Escola no IDEB;
- Valorização e proposta de capacitação dos Professores e demais Servidores da Escola.

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Refere-se àqueles aspectos gerais da organização da escola, como: gerenciamento do patrimônio físico, da merenda escolar, dos registros da vida escolar, do calendário escolar, da escrituração escolar, da matrícula dos alunos, dos aspectos materiais didático-pedagógicos, dos recursos humanos (composição das equipes), da organização, qualificação e atualização dos professores, etc.

DIMENSÃO FINANCEIRA

Relaciona-se às questões gerais de captação e aplicação de recursos financeiros, visando sempre à sua repercussão em relação ao desempenho pedagógico do aluno.

A escola deverá zelar para que todos os esforços e recursos financeiros estejam direcionados para a aprendizagem dos alunos. Na escola, compete à Instituição Caixa Escolar, a seu conselho fiscal e ao Colegiado o gerenciamento dos recursos financeiros.

DIMENSÃO JURÍDICA

Retrata a legalidade das ações e a relação da escola com outras instâncias do sistema de ensino e com outras instituições do meio no qual está inserida.

Refere-se a:

- Relação que a escola estabelece com a sociedade e as várias esferas do sistema público de ensino;
- Autonomia da escola, sem ferir os princípios de legalidade e responsabilidade, observando o disposto na Constituição Federal, na LDBEN e nas normas da SEE em relação a essa área.

Importante!

Ao referir - se a essas quatro dimensões, o Projeto Político-Pedagógico não se mostra como um mero documento estático a ser "guardado na gaveta", mas como um instrumento dinâmico e democrático, capaz de representar e orientar a vida da escola. Essas dimensões são permeadas pelos aspectos socioculturais, característicos da realidade na qual a escola está inserida. A sua compreensão pode transformar a escola em um espaço de mudanças, a partir do trabalho coletivo e da vontade dos seus próprios atores. Toda escola lida, simultaneamente, com dois níveis de ações: um relativo ao que ela já é e outro que corresponde às possibilidades de ela vir a transformar-se, a partir da ação dos seus sujeitos. Esses dois níveis existem nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica e estão presentes nas várias ações realizadas pela escola. (PROGESTÃO, 2001)

PARTE II

**METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO, REVISÃO
E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP**

PARTE II

METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO, REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP

O PPP deve se constituir na referência de planejamento para todos os âmbitos da ação educativa da escola. Sua elaboração requer a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Todavia é preciso articular e construir espaços participativos para produzir, no coletivo, um projeto que explicita não apenas o que a escola é hoje, mas também aponte para o que ela pretende ser.

Conforme as necessidades e características da escola, o processo de elaboração, revisão e/ou reestruturação do PPP seguirá uma dinâmica própria. As etapas abaixo são contribuições para sua sistematização:

1. ETAPAS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO, REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO, REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP	PROPOSTAS DE AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
1ª ETAPA Mobilização da Comunidade Escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar um cronograma das reuniões: atividades, responsáveis, datas.- Formar grupos de apoio para coordenar as discussões, fazer os registros e a redação final do documento;- Criar espaços e tempos para que os momentos coletivos aconteçam.	<ul style="list-style-type: none">- Engajamento de todos os segmentos para Revisão e/ou Reestruturação do PPP
2ª ETAPA Identificação e Diagnóstico da escola: Diagnosticar a realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo.	<ul style="list-style-type: none">- Identificar a escola a partir dos seguintes dados: Nome da escola; Localização/Endereço; Aspectos legais de sua criação.- Etapas e Modalidades de Ensino que a escola oferta.- Apresentação de um breve histórico da escola.- Perfil real dos alunos – crianças, jovens e adultos – do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico.- Mapeamento da realidade da escola nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.- Concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar.- Análise dos resultados das avaliações internas e externas (PROALFA/PROEB/IDEB, outros).- Organização do espaço físico da instituição escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Como é a nossa Escola

<p>3ª ETAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios, Visão e Missão da Escola - Objetivos e finalidades da Educação - Metas da Escola - Concepções 	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir e definir, a partir da LDBEN nº 9394/96, dos Pareceres do CNE e CEE, das Resoluções e Diretrizes da SEE: <ul style="list-style-type: none"> . os Princípios, a Missão, a Visão . os Objetivos e Finalidades da Educação – (Etapas e Modalidades de Ensino oferecidas pela Escola); . As Metas da Escola (Lembrar, aqui, as metas do PROALFA, do PROEB e do IDEB) . As Concepções de educação, de currículo escolar, de aprendizagem dos alunos, de avaliação da aprendizagem, tendo em vista a Escola que se tem e a Escola que se quer construir. 	<ul style="list-style-type: none"> - Que identidade a nossa Escola quer construir. - A Escola que se quer construir.
<p>4ª ETAPA</p> <p>Organização Curricular Didático-Pedagógica:</p> <ul style="list-style-type: none"> . A metodologia privilegiada . Avaliação da Aprendizagem dos Alunos . Relacionamento da escola com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir o Currículo Escolar das Etapas e Modalidades de Ensino ofertadas pela Escola. - Definir ações de acompanhamento sistemático das avaliações internas e externas. - Elaborar os planos dos professores, dos demais servidores da escola e os projetos escolares. - Definir: <ul style="list-style-type: none"> . as estratégias fundamentais de organização e funcionamento da escola, estruturadas etapas e modalidades de ensino, etc. . os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa. . as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico. . o programa de acompanhamento de acesso, de permanência, frequência dos alunos e de superação da retenção escolar. . o programa definido para a formação inicial e continuada dos professores e dos demais funcionários. . as formas de colaboração e relacionamento com a comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento das Atividades da escola - Elaboração Planos de Aula, do PIP e dos planos dos demais servidores da escola.
<p>5ª ETAPA</p> <p>Redação final do PPP</p>	<p>Formar comissão representativa de todos os segmentos da Escola, para o registro do que se quer fazer, de como e quando fazer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Redação final do PPP.
<p>6ª ETAPA</p> <p>Divulgação do PPP junto à Comunidade Escolar</p>	<p>Realizar Assembleia Geral da Comunidade para a aprovação do PPP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir com o coletivo da Escola para aprovação da redação final.
<p>7ª ETAPA</p> <p>Implementação, Monitoramento e Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões semestrais objetivando a avaliação da implementação das ações do PPP; - Elaborar cronograma: distribuição ordenada das ações no tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da concretização dos objetivos e metas.

2. REFLEXÕES SOBRE AS ETAPAS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO, REVISÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO DO PPP

1ª ETAPA – MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

A prioridade dada à elaboração do PPP preside de um grande esforço de todos. Assim, o período que antecede a elaboração do PPP pede muita dedicação e cuidado, um verdadeiro trabalho de sensibilização de toda a Comunidade Escolar, para a necessidade de se fazer e do como fazer o PPP.

Nessa etapa, deverão ser formados grupos de apoio e criados espaços e tempos para que os momentos coletivos aconteçam e haja o engajamento de todos da Escola durante as discussões.

Devemos lembrar que o PPP só será eficaz se for fruto de uma ação reflexiva e coletiva, com a compreensão do significado das mudanças provocadas pela LDBEN, Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes da SEE e outros.

Para essa etapa, a Escola deve recorrer aos alunos para buscar a participação da comunidade. Organizar encontros na Escola entre Alunos, Professores, demais segmentos e Comunidade, para divulgar a elaboração do PPP e ouvir o que a Comunidade pensa da Escola.

“Educação não é obra de um solista, ou se orchestra ou não ocorre. (...) há que haver coordenação, cooperação em torno de objetivos comuns.

(...) É preciso construir de alguma forma, uma...

COMUNIDADE DE DESTINO.”

Wanderley Codo

2ª ETAPA – IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA

Nessa etapa, é necessário que sejam levantados dados que identifiquem a Escola, tais como:

Nome da Escola, Localização/Endereço, Aspectos legais de sua criação, Etapas e Modalidades de Ensino oferecidas pela Escola, Breve histórico da Escola (sua criação e fatos importantes), o Perfil dos Alunos, dos Professores e dos demais servidores da Escola, e ainda, obter informações sobre a Estrutura Física da Escola.

Diagnóstico da Escola

Partir da realidade da Escola é condição para a eficácia do PPP. E a melhor forma para se mostrar essa realidade é através de um

diagnóstico bem feito, que utilize estratégias variadas, como as entrevistas, os questionários e demais instrumentos de pesquisa.

Vasconcelos (2002), sugere questionamentos para a elaboração do diagnóstico, citados a seguir:

- Que fatos e situações mostram que estamos Bem/Mal? Ou
- Quais os pontos de Apoio/Empecilhos? Ou
- Quais os elementos Facilitadores/Dificultadores? Ou
- Quais os pontos de Força/Resistência? Ou
- Quais os pontos Positivos/Negativos?

Esse diagnóstico deve agregar as informações de fora da Escola (aspectos políticos, econômicos, sociais, familiares, comportamentais) às informações internas (alunos matriculados, índice de reprovação, índice proficiência, dificuldades de aprendizagem, potencialidades dos professores e dos demais servidores da Escola) possibilitando como conclusão uma síntese dos principais pontos em que a Escola vai bem, pontos em que precisa melhorar e pontos de interesse dos principais interessados da Escola: alunos e comunidade escolar.

A Escola poderá desenvolver estratégias para a realização do seu diagnóstico, tais como:

a- Questionários (sugestão)

- Qual é a função da Escola?
- Como tem sido a participação dos Pais no cotidiano da Escola?
- O que os Gestores, Especialistas em Educação, Professores, Funcionários, Alunos e Pais esperam do trabalho da Escola?
- O que podemos fazer para que o nosso Aluno tenha sucesso escolar?
- Quais são as expectativas dos Professores, Funcionários, Pais, Alunos em relação à Escola?
- Qual a postura dos Pais em relação à Escola?
- Os resultados da Escola nas Avaliações Internas e Externas são amplamente divulgados para a comunidade escolar e como são esses resultados?
- As Metas da Escola acordadas com a SRE/SEE foram alcançadas?
- Quantos Alunos a Escola tem abaixo do nível Recomendável no PROALFA e PROEB?
- Como a Escola se organiza para atender a esses Alunos que estão abaixo do nível Recomendável nas avaliações do PROALFA/PROEB?
- Como vem acontecendo a intervenção pedagógica para atender aos Alunos que apresentam dificuldade no processo ensino e aprendizagem?
- Qual é o IDEB da escola? Cumpriu a meta prevista?

b - Realização de reuniões, discussões, debates sobre o trabalho realizado pela Escola

Dessas atividades deverá resultar o levantamento das necessidades da Escola, para que sejam priorizadas e sanadas, por meio de ações coletivas.

c - Criação de mecanismos para a participação dos segmentos nas discussões do PPP:

Pais - Aplicação do questionário e tabulação dos resultados.

Cada pai ou responsável pode avaliar o trabalho desenvolvido pela Escola e apontar as dificuldades e os problemas detectados, dando sugestões para sua melhoria.

Estimular os pais para a participação nas reuniões que a Escola realiza.

Alunos - Promover discussões em sala de aula, oportunizando ao Aluno refletir, avaliar, detectar as dificuldades e os pontos de melhoria da Escola e apresentar sugestões.

Eleger os representantes de turma para que os líderes (de cada turma) discutam e levem os resultados das reuniões para suas respectivas turmas, visando integrar o trabalho de elaboração do PPP.

Professores - Realização de diversas reuniões e momentos de discussões para refletir sobre as práticas pedagógicas: metodologia privilegiada pela Escola, avaliação da aprendizagem, relacionamento interpessoal, organização do trabalho pedagógico e outros fatores que estão interferindo na qualidade do ensino.

d - A Escola deve utilizar outras estratégias para realizar o diagnóstico, tais como:

- Aplicação de formulários, questionários e entrevistas individuais ou em pequenos grupos;
- Observações sistemáticas sobre o cotidiano da Escola;
- Análise de registros arquivados na Escola que retratem a evolução dos números de matrícula, índices de aprovação, reprovação, evasão dos alunos, relação idade/ano de escolaridade e situação socioeconômica das famílias dos alunos;
- Apropriação e análise dos resultados das Avaliações Externas;
- Realização de debates envolvendo Professores, Alunos, Funcionários Técnico - Administrativo e de Apoio, Gestores e representantes da comunidade para levantamento dos desafios e das potencialidades da Escola.

Considerando a Escola como um todo, o diagnóstico deverá contemplar sua estrutura nas quatro dimensões: Pedagógica, Administrativa, Financeira e Jurídica. Essas dimensões se encontram detalhadas na parte I, item 7 (sete) deste caderno.

A dinâmica abaixo pode contribuir na realização do diagnóstico, envolvendo as dimensões supracitadas.

A dinâmica consiste em organizar todos os segmentos da Escola em quatro grupos de estudo, representados pelos vários

segmentos. Em seguida, o grupo deverá levantar e discutir os aspectos de cada uma das quatro dimensões apresentadas.

Importante!

Uma condição básica para a realização do diagnóstico é a capacidade de identificar as possibilidades e os obstáculos a enfrentar. A análise dos dados da realidade da Escola não pode centrar a atenção apenas em suas fragilidades e ameaças, mas buscar identificar as forças e oportunidades de seus contextos internos e externos. Muitas vezes damos pouca importância ao que possuímos e fazemos bem feito.

3ª ETAPA – PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO – OBJETIVOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO – METAS DA ESCOLA - CONCEPÇÕES

Nessa etapa, a preocupação fundamental deve ser levantar os anseios do coletivo da Escola em relação ao trabalho pedagógico como um todo, sem perder de vista os fins e os princípios da educação. De forma clara, é preciso discutir esses Princípios, a Missão da Escola, os Objetivos e Finalidades da Educação, as Metas e as Concepções sobre importantes aspectos do fazer da Escola.

Para isso, a escola deve se orientar com base na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDBEN, nas Resoluções da SEE, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, dentre outros, sugerimos leitura e estudo:

Resolução SEE nº 2197/2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências;

Parecer CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Resolução nº 4/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Parecer CNE/CEB nº 11/2010 – Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

Resolução nº 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

Parecer CNE/CEB nº 5/2011 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Resolução nº 2/2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Parecer CNE/CEB nº 6º2010 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Princípios – São valores que dão sustentação e identidade à Escola, servindo como norteadores de suas ações pedagógicas: Princípios Éticos, Princípios Políticos e Princípios Estéticos. (Ver item 4, Parte I do Guia)

Importante!

Todos esses princípios deverão estar explicitados no PPP, por meio de ações e práticas concretas desenvolvidas por todos os atores (Diretor, Professores, Alunos, Comunidade Escolar, Servidores) da Escola.

Missão - É a razão de ser da Escola. É um elemento essencial para determinar o seu posicionamento estratégico. Serve de critério geral para orientar a tomada de decisão e para definir objetivos estratégicos.

É fator que deve direcionar e inspirar a Escola. A linguagem deve ser clara e objetiva, de fácil memorização.

A missão deve responder à seguinte pergunta: Para que a Escola existe?

Visão – Representa um estado futuro desejável da Escola.

São as ambições que a Escola deseja atingir, em um determinado período de tempo.

A visão deve responder à seguinte pergunta: Que Escola queremos ser?

Objetivos e Finalidade da Educação

São os objetivos e finalidade da Educação em cada Etapa e em cada Modalidade de Ensino, conforme LDBEN nº 9394/96, Resoluções da SEE, Pareceres do CNE e CEE e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os objetivos devem explicitar as mudanças que a Escola se propõe a realizar, isto é, indicam o caminho, ou rumo a seguir. Devem responder às perguntas: “O que a comunidade escolar se propõe a alcançar e quais são os seus compromissos”. Assim, devem focalizar as prioridades da Escola e estas, por sua vez, devem priorizar tudo que leve à melhoria do desempenho do aluno.

As Metas da Escola são os objetivos quantificados. Explicitam os resultados que a Escola espera obter após a implementação das ações.

Expressam-se de tal sorte que possam ser mensuradas, chegando a indicar o tempo em que elas serão alcançadas. Por serem quantificáveis, as metas permitem uma avaliação mais precisa ao final de cada período estabelecido no plano.

São formadas por resultado a ser alcançado – valor numérico e prazo.

Elas devem ser detalhadas, e, se bem elaboradas, elas permitem a reflexão sobre os resultados que a Escola pretende alcançar e a avaliação mais precisa do PPP.

Concepções de Educação, de Currículo Escolar, de Aprendizagem dos Alunos e de avaliação da Aprendizagem

Concepção de Educação - Em seu sentido mais amplo, educação é um processo de desenvolvimento do indivíduo para que ele possa atuar na sociedade. Para tal educação, deve-se considerar o homem no seu plano físico, afetivo e intelectual, consciente das possibilidades e limitações, capaz de compreender e refletir sobre a realidade do mundo que o cerca, podendo considerar seu papel de transformação social como uma sociedade que supere nos dias atuais a economia e a política, buscando solidariedade entre as pessoas, respeitando as diferenças individuais.

Concepção de Currículo Escolar é compreendido como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando.

Segundo o autor espanhol SANTOMÉ,

“O currículo deve visar ao preparo do alunado para a cidadania crítica e ativa, para serem membros solidários e democráticos de uma sociedade similar. Para isso, a seleção dos conteúdos curriculares deve promover a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, valores e normas necessários a uma cidadania consciente. Trata-se de favorecer uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando, como ponto de partida, as teorias, os conceitos, os procedimentos, os costumes, etc., que existem nessa comunidade e naquelas às quais se deve facilitar o acesso. Para isso, há que se prestar atenção não só nos conteúdos curriculares, mas também nas estratégias de ensino e de aprendizagem, bem como nos procedimentos de avaliação empregados.” (1995, p. 57)

O currículo, segundo Veiga, deve ser entendido como: (...) construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização de meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar (...) refere-se à organização do conhecimento escolar. (1995, p. 26-27)

Concepção de Aprendizagem dos Alunos A concepção de Aprendizagem dos Alunos é compreendida como o processo pelo qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos ou valores são adquiridos ou modificados, como resultado de estudo, de experiência, de formação, de observação e raciocínio.

É concebida como um processo possível para todos, mas também entende e respeita as maneiras e os ritmos de aprendizagem de cada aluno. Todo aluno é capaz de aprender desde que lhe sejam oferecidas situações significativas, contextualizadas, sistematizadas, com Intervenções Pedagógicas, quando necessárias, e com a mediação constante do professor.

Concepção de Avaliação da Aprendizagem - compreendida com a função básica de ajudar o aluno a aprender, favorecendo o seu progresso individual e contínuo. Com função diagnóstica, formativa, investigativa, indicadora de intervenções pedagógicas, pressupõe uma diversidade de instrumentos. Esses devem expressar o desenvolvimento das competências e habilidades consolidadas pelos alunos.

4ª ETAPA – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Esta etapa corresponde àquela em que a escola precisa assegurar a realização das propostas. Essas propostas, além de viáveis, devem ter como meta a satisfação das necessidades apontadas no diagnóstico.

A Organização Didático-Pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o desenvolvimento do processo pedagógico da escola.

A estrutura das etapas e modalidades de ensino (ciclos, anos ou períodos) deve ser explicitada conforme Resolução SEE/MG nº 2197/12, bem como a relação dos Componentes Curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada.

Conforme parágrafo 3º, do artigo 13 da Resolução CNE nº 4, de 13 de julho de 2010, a organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos alunos, incluindo não só os Componentes Curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar, assegurando:

I – concepção e organização do espaço curricular e físico em que se imbriquem e se alarguem espaços, ambientes e equipamentos que não apenas as salas de aula da escola, mas, igualmente, esses com os espaços de outras escolas e os socioculturais e esportivo-recreativos do entorno, da cidade e mesmo da região;

II – ampliação e diversificação dos tempos e espaços curriculares que pressuponham profissionais da educação dispostos a inventar construir a escola de qualidade social, com responsabilidade compartilhada com as demais autoridades que respondem pela gestão dos órgãos do poder público, na busca de parcerias possíveis e necessárias, até porque educar é responsabilidade da Família, da Escola, do Estado e da Sociedade;

III – escolha da abordagem didático-pedagógica disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar pela escola, que oriente o PPP e resulte de pacto estabelecido entre os profissionais da escola, conselhos escolares e comunidade, subsidiando a organização da matriz curricular, a definição de eixos temáticos e a constituição de redes de aprendizagem;

IV – compreensão do Currículo Básico Comum – CBC – entendido como propulsor de movimento, dinamismo curricular e educacional, de tal modo que os diferentes campos do conhecimento possam se coadunar com o conjunto de atividades educativas;

V – organização do CBC, entendido como alternativa operacional que embasa a gestão do currículo escolar e represente subsídio para a gestão da escola (na organização do tempo e do espaço curricular, distribuição e controle do tempo dos trabalhos docentes), passo para uma gestão centrada na abordagem interdisciplinar, organizada por eixos temáticos, mediante interlocução entre os diferentes campos do conhecimento;

VI – entendimento de que eixos temáticos são a forma de organizar o trabalho pedagógico, limitando a dispersão do conhecimento, fornecendo o cenário no qual se constrói objetos de estudo, propiciando a concretização da proposta pedagógica;

ca centrada na visão interdisciplinar, superando o isolamento das pessoas e a compartimentalização de conteúdos rígidos;

VII – estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos, utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez, utilizando a linguagem digital, e professores que dela não se apropriaram;

VIII – constituição de rede de aprendizagem, entendida como um conjunto de ações didático-pedagógicas, com foco na aprendizagem e no gosto de aprender, subsidiada pela consciência de que o processo de comunicação entre estudantes e professores é efetivado por meio de práticas e recursos diversos;

IX – a adoção de rede de aprendizagem, também, como ferramenta didático-pedagógica relevante nos programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, sendo que esta opção requer planejamento sistemático integrado estabelecido entre sistemas educativos ou conjunto de unidades escolares.

Segundo os parágrafos 4º, 5º e 6º da Resolução supracitada, a transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas.

A transversalidade difere da interdisciplinaridade e ambas complementam-se, rejeitando a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado.

A transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica, e a interdisciplinaridade, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

Para a implementação das ações do PPP no cotidiano da escola são elaborados os Planos de Ensino, de Aula, os Planos dos outros servidores, o Plano de Intervenção Pedagógica e os Projetos Escolares, aspectos importantes para a implementação das atividades pedagógicas, o alcance dos objetivos e metas propostos pelo coletivo da escola.

Todos os segmentos da escola devem ter em vista a necessidade de identificação dos responsáveis por determinadas ações assumidas no coletivo. Para isso, são fundamentais encontros periódicos, previamente agendados com o coletivo da escola, previstos no Cronograma Geral de Atividades do PPP para

discussão e avaliação de como as ações estão sendo encaminhadas.

A Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem

Avaliação da Aprendizagem Escolar – Avaliação Interna e Externa Deverão ser explicitados:

- Os critérios de avaliação que a escola considera, tendo em vista os princípios da organização curricular e didático-pedagógica, as diretrizes de avaliação do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais, especificamente aquelas previstas na Resolução SEE nº 2197/2012;
- A forma como a escola analisa os resultados das avaliações internas e externas;
- Os procedimentos, os recursos, bem como as formas utilizadas para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias;
- A organização e a implementação das atividades de Intervenção Pedagógica, adequadas e consistentes, para melhorar a aprendizagem dos alunos.

Importante!

As ações aqui explicitadas devem estar de acordo com a LD-BEN nº 9394/95, os Pareceres e Resoluções do CNE e CEE, as Resoluções da SEE/MG, especialmente a Resolução SEE nº 2197/2012, o Currículo Básico Comum - CBC, dentre outros.

O relacionamento da Escola com a Comunidade Escolar

O Colegiado Escolar, segundo Veiga (2001), é concebido como local de debate e tomada de decisões. E, como espaço de discussão, de reflexão e de debate, favorece a todos os segmentos na Escola – professores, funcionários, pais e alunos – a explicitação de seus interesses, suas crenças e reivindicações. É, então um canal de participação e também instrumento da gestão da própria Escola. Nesse sentido, o Colegiado Escolar deve incentivar a comunicação ampla e a participação nas decisões sobre questões importantes e que estão inter-relacionadas na Escola, tais como currículo, qualidade de ensino, inclusão, sucesso escolar, dentre outros.

Vale lembrar, também, a importância do Colegiado Escolar na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico – elaboração, aprovação, acompanhamento e execução – fazendo com que esse documento realmente seja significativo para a vida e o direcionamento dos rumos da Escola.

Pesquisas têm demonstrado que, normalmente, o desempenho dos alunos é melhor em Escolas nas quais os pais participam da vida escolar e são constantemente informados do rendimento

escolar dos seus filhos e dos resultados da avaliação externa da Escola.

Sabe-se que a função de conduzir o processo de aprendizagem escolar corresponde fundamentalmente à Escola, mas, pode-se afirmar que a família tem papel importante nesse processo na medida em que parte dele acontece fora da Escola.

Importante!

Para isso, a Escola deve definir estratégias de organização, colaboração e relacionamento com a Comunidade Escolar, para que conheçam e/ou participem da revisão e/reestruturação do PPP e possam acompanhar o processo de aprendizagem dos filhos.

Na Revisão e/ou Reestruturação do PPP, a Escola deve:

- *Garantir a implementação do PPP sem perder de vista os compromissos assumidos coletivamente;*
- *Ter clareza que as ações definidas pelo seu coletivo, embora representando os desejos de todos, necessitam identificar os segmentos que irão realizá-las;*
- *Planejar as atividades permanentes da Escola (currículo escolar, calendário escolar, avaliação da aprendizagem) e os projetos que serão desenvolvidos, elaborando o Cronograma Geral de Atividades do PPP, dentre outras:*

a - Criação de horários e espaços para promover momentos de discussão coletiva;

b - Disponibilização e discussão, dos vários segmentos, mediante a utilização de textos que articulem questões teóricas e práticas sobre a organização do trabalho da Escola, visando contribuir na construção do PPP;

c - Promoção de discussão por blocos, juntando alguns segmentos de cada vez;

d - Realização de reuniões entre os Pais e Colegiado Escolar para avaliação do trabalho da Escola;

e - Sensibilização dos Pais mais atuantes para que sejam elo entre os vários segmentos da Escola e da Comunidade local;

f - Estabelecimento das Metas a serem alcançadas nas avaliações internas e externas;

g - Compreensão dos princípios que orientarão as atividades que serão desenvolvidas pela Escola.

5ª ETAPA – FORMATAÇÃO DO PPP

Nessa etapa de construção do PPP, é importante considerar a necessidade da redação do documento que retratará todo o processo desenvolvido pela Escola, observadas as normas da ABNT. Para tanto, a Escola deve organizar um grupo de pessoas,

com representantes dos vários segmentos do coletivo da Escola, para proceder à redação final do seu PPP.

6ª ETAPA - DIVULGAÇÃO DO PPP JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR

Concluída a elaboração do documento, é essencial submetê-lo à coletiva da Escola, para que todos aproveem a redação final.

Para isso, é necessário divulgar e realizar uma Assembleia Geral da Comunidade Escolar, para que o PPP seja aprovado e amplamente divulgado.

7ª ETAPA - IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O ato de avaliar deve estar presente em todo o processo de Revisão e/ou Reestruturação do Projeto Político - Pedagógico. A avaliação precisa preocupar-se com os múltiplos aspectos do seu processo de construção, cobrindo um grande número de questões que vão desde as voltadas para o processo ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula até outras, que tratam do trabalho da Escola como um todo.

A avaliação do processo de Revisão e/ou Reestruturação do Projeto Político - Pedagógico deverá responder às seguintes perguntas:

- Os desafios estão bem definidos?
- Em que medida os desafios foram atendidos?
- Que novos desafios estão surgindo para o coletivo da Escola?
- As ações propostas foram desenvolvidas?
- Quais seus efeitos?

A avaliação do PPP deve ocorrer com base nos dados obtidos, visando possibilitar à Escola uma análise dos resultados de seu trabalho para a correção dos rumos, no momento certo.

Assim, a avaliação aparece como uma forma de a Escola ir pres-tando contas à Comunidade do trabalho realizado.

As perguntas: Como é nossa Escola? Que identidade nossa Escola quer construir? Como executar as ações definidas pelo coletivo? São orientadoras do Projeto Pedagógico e devem ser guiadas constantemente pelo processo de avaliação, com um caráter investigativo.

Nessa perspectiva é que o PPP deve ser avaliado continuamente para que possa garantir a implementação de suas ações e o alcance dos objetivos.

PARTE III

O PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA FICTÍCIA

(ESCOLA ESTADUAL DR. MARCELO DE OLIVEIRA)

**PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA FICTÍCIA
(ESCOLA ESTADUAL DR. MARCELO DE OLIVEIRA)**

ANO: 2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	23
2.1. NOME DA ESCOLA	23
2.2. LOCALIZAÇÃO/ENDEREÇO	23
2.3. ASPECTOS LEGAIS DE SUA CRIAÇÃO	23
2.4. HISTÓRICO DA ESCOLA	23
2.5. ESTRUTURA FÍSICA	23
2.6. ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA	24
2.7. PERFIL DOS ALUNOS	24
2.8. PERFIL DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	24
2.9. PERFIL PROFESSORES, DIREÇÃO E DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA	24
2.10. O DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	25
3. PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA	26
4. OBJETIVOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	28
4.1. OBJETIVOS GERAIS	28
4.2. OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	28
4.3. OBJETIVOS DO ENSINO MÉDIO	28
4.4. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	29
5. METAS DA ESCOLA	30
6. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, DE CURRÍCULO ESCOLAR, DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	31
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO - PEDAGÓGICA	32
7.1. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	32
7.2. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	34
7.3. ENSINO MÉDIO	35
7.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	36
7.5. PLANOS: DE ENSINO, DE AULA, DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA, OS PLANOS DOS DEMAIS SERVIDORES	37
7.6. METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS PRIVILEGIADOS PELA ESCOLA	38
7.7. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	38
7.8. BASES NORTEADORAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	41
7.9. FUNDAMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA	41
7.10. PROGRAMA ACOMPANHAMENTO E DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA, FREQUÊNCIA DOS ALUNOS E DE SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR	42
7.11. PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES E DOS DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA	42
8. RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE	43
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	44
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira, ora revisado e/ou reestruturado, evidencia os aspectos essenciais, definidos por lei, e se constitui como marco de referência para a Escola, na organização de suas atividades educativas, destacando-se a sua missão, sua visão, seus princípios, seus objetivos, suas metas e suas concepções.

Tendo vigência por um período de 5 (cinco) anos, deve ser reavaliado a cada período e acrescido de ações relevantes e periódicas, como seu Plano de Intervenção Pedagógica, de forma a atender às demandas da Escola e seu ajuste às novas necessidades pedagógicas, depreendidas, por exemplo, dos resultados dos alunos nas avaliações internas e externas.

Acreditamos que a aprendizagem acontece em um ambiente de afetividade, por isso, priorizamos um ensino de qualidade, em que cada aluno construa seu conhecimento, sendo valorizadas e respeitadas suas características, limitações e potencialidades, como também as de todos os envolvidos no processo, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Currículo Básico Comum – CBC, utilizando-se dos demais recursos e fontes que possam garantir a formação de cidadãos críticos, competentes, participativos, criativos durante toda sua caminhada de descoberta e construção de conhecimentos.

O fazer da Escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Acreditamos que a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno constrói e reconstrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe a agir e reagir diante da realidade.

Assim, não há mais espaço na Escola para a repetição mecânica, automática, e, sim, para aprendizagens contextualizadas e significativas.

Este PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas.

Um PPP construído corretamente não vai garantir que a Escola se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas pode permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminhar, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança”.

Veiga, (1997).

2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

2.1. NOME DA ESCOLA

Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira

2.2. LOCALIZAÇÃO/ENDEREÇO

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira está localizada na Cidade de Formoso, região leste de Minas Gerais, no Bairro Felicidade, à Rua Céu Azul, nº 100. Telefone: (33) 32 442042.

2.3. ASPECTOS LEGAIS DE SUA CRIAÇÃO

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira foi criada pelo Decreto nº 3422, de 12 de maio de 1955, sendo instalada em 28 de julho de 1956.

O prédio foi construído pela Prefeitura Municipal de Formoso, de acordo com a Lei Municipal nº 309 de 1955, sendo firmado um convênio com o Estado de Minas Gerais para a liberação de recursos. Posteriormente, o imóvel foi doado ao Estado, por meio de certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Formoso.

2.4. HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Estadual recebeu esse nome em homenagem a Dr. Marcelo de Oliveira, filho ilustre de Formoso. A escolha se deu por processo de consulta à comunidade escolar, via pesquisa, seguida de voto/eleição.

O histórico da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira foi construído por meio de pesquisas aos arquivos da Escola, da SRE e da SEE; através de relatos de professores, funcionários, ex-alunos e comunidade em geral, valorizando a todos que participaram da construção da história de Formoso e da escola.

De 1956 a 1987 a Escola ofereceu Ensino Fundamental/Anos Iniciais, primando pela qualidade na alfabetização, consolidação da leitura e escrita do letramento e dos princípios básicos da Matemática.

Pela Resolução nº 3450, da SEE/MG, de 24 de fevereiro de 1987, foi autorizada a extensão de séries e, pelo Decreto nº 2345/87, foi criado o Ensino Médio.

A partir de 1997, em consonância com a legislação da educação, a Escola desenvolveu os projetos de aceleração de estudo "Acertando o Passo" e "A Caminho da Cidadania" destinados aos alunos fora da faixa etária do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira está situada em um bairro da periferia e distante do centro da cidade. É uma região muito populosa, com aglomerados e de grande vulnerabilidade social.

O relacionamento da Escola com a comunidade se efetiva, por meio do Colegiado Escolar, dos eventos sociais realizados pela Escola e das reuniões bimestrais para a entrega dos Boletins Escolares.

2.5. ESTRUTURA FÍSICA

Quanto à estrutura física, todas as instalações da escola se encontram em boas condições de funcionamento, tendo em vista as reformas realizadas e o bom gerenciamento da rede física pela direção da escola e demais servidores, possibilitando a realização das atividades pedagógicas.

Possui quadra coberta para realização das atividades de Educação Física, dentre outras, Biblioteca Escolar e Laboratórios

de Ciências e de Informática, ambos necessitando de materiais para a sua implementação.

Entretanto, há projetos em oferecer Educação em Tempo Integral, por ser uma necessidade emergente da comunidade, porém o espaço físico é reduzido. Já foi enviada à SRE a planilha de ampliação e adequação do espaço escolar, mediante consulta à comunidade e validação do Colegiado Escolar.

2.6. ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDAS PELA ESCOLA

Atualmente, a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira oferece o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

a - Ensino Fundamental

Anos Iniciais – Organizados em Ciclos. Ciclo da Alfabetização com duração de 3 (três) anos e Ciclo Complementar com duração de 2 (dois) anos).

Anos Finais – Organizados em dois ciclos. Ciclo Intermediário – 6º e 7º Ano e Ciclo da Consolidação - 8º e 9º Anos.

b - Ensino Médio

Ensino Médio Regular diurno.

c - Modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira oferece 4 (quatro) turmas na modalidade de Ensino “Educação de Jovens e Adultos”, sendo 2 (duas) turmas correspondentes ao Ensino Fundamental e 2 (duas) turmas correspondentes ao Ensino Médio.

2.7. PERFIL DOS ALUNOS

A partir dos dados apresentados no diagnóstico (item 2.10), percebe-se que os alunos da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira são filhos de trabalhadores, assalariados e de nível socioeconômico baixo. 60% desses alunos são agitados, agressivos e com muita dificuldade de conviver uns com os outros no ambiente escolar e fora dele, gerando indisciplina na sala de aula.

Eles têm acesso à televisão e rádio como meios de informação. São frequentadores de lan house para obter informações e também como entretenimento.

Alguns alunos fazem uso constante de aparelhos celulares no ambiente escolar, sendo utilizados como rádio e máquina fotográfica.

A leitura se restringe apenas ao ambiente escolar. Não são frequentadores de teatros, cinemas ou outras apresentações artísticas.

Pelo fato dos alunos dos Anos Finais e do Ensino Médio visarem entrar no mercado de trabalho, observa-se que muitos ingressam no trabalho e não priorizam os estudos.

2.8. PERFIL DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Os pais ou responsáveis pelos alunos são, em sua maioria, assalariados, com nível de escolaridade – Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 10% são analfabetos, apenas escrevem o nome.

Constata-se que apenas 10% dos pais acompanham o desenvolvimento escolar dos filhos, 50% procuram a escola a partir de convocações escritas para informação sobre a vida escolar dos filhos e 40% dos pais não procuram e não atendem aos convites da escola.

2.9. PERFIL DOS PROFESSORES E DOS DE-MAIS SERVIDORES DA ESCOLA

Os professores da escola são funcionários efetivos e designados e 90% deles com formação em curso superior, com licenciatura plena.

Utilizam as metodologias tradicionais, passivas, que enfatizam mais a memorização do que a compreensão e as atividades de sala de aula são desprovidas de significado e descontextualizadas do cotidiano dos alunos.

Existe a disposição dos mesmos para mudar a sua prática de sala de aula.

Os demais servidores, pertencentes ao quadro técnico-administrativo, têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da escola. Ressaltamos que todos os servidores são naturais da cidade e residem nesta comunidade – fator esse importante para o funcionamento da escola.

2.10. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

Partir da realidade da escola é condição para eficácia do PPP. E a melhor forma para se mostrar essa realidade é através de um diagnóstico bem feito, que utilize estratégias variadas. Assim, o diagnóstico inicial da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira foi realizado, a partir de observações sistemáticas sobre o cotidiano da escola, da apropriação e análise dos resultados das avaliações internas e externas, de entrevistas, realização de debates envolvendo professores, alunos, funcionários técnico-administrativos e de apoio, gestores, pais/responsáveis e representantes da comunidade escolar por meio de assembleias e reuniões. Também, foram utilizados questionários e demais instrumentos de pesquisa, considerando a estrutura escolar nas quatro dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.

A escola apresenta desempenho escolar insatisfatório, com número elevado de reprovações e de alunos em progressão parcial, conforme dados analisados.

Esse quadro nos desafia, razão pela qual adotamos medidas de intervenção pedagógica e, inclusive, outras medidas, como a reestruturação do PPP, para que possamos atender e buscar soluções para as demandas que hoje se evidenciam.

Para a concretização dessa etapa, foram realizadas as atividades supracitadas e identificou-se os seguintes pontos fortes (forças) e pontos de melhoria (fragilidades)

a - Pontos Fortes da Escola

- Resultados das avaliações do PROALFA E PROEB, de 2006 a 2013: observa-se a cada ano, um pequeno avanço no desempenho dos alunos, conforme mostram os dados e gráficos, das avaliações externas;
- O processo de construção do PPP e seus propósitos;
- Proposta de mudança de foco da Gestão da Escola: Gestão Democrática e com foco na Dimensão Pedagógica;
- Interesse dos professores em apropriar-se do Currículo Básico Comum;
- Elaboração do cronograma das atividades a serem planejadas e implementadas no decorrer do Ano Letivo;
- Colegiado constituído, funções definidas e suas ações implementadas;

- 90% dos professores que trabalham na escola com formação superior, licenciados;
- Existência de Laboratórios de Ciências, Informática e Biblioteca Escolar, embora em condições precárias de funcionamento;
- Residência dos servidores da escola na Comunidade;
- Boa estrutura física da escola, porém faltam salas de aula para a Educação em Tempo Integral.

b - Pontos de melhoria detectados

- 01 - Gestão Escolar sem foco no processo pedagógico;
- 02 - Falta de perfil alfabetizador em alguns professores que atuam nas turmas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- 03 - Especialistas em Educação dos Anos Iniciais desconhecem o processo de alfabetização;
- 04 - Dificuldade dos especialistas em educação básica para implementar as atividades pedagógicas;
- 05 - Trabalho em sala de aula descontextualizado do Currículo Básico Comum - CBC;
- 06 - Utilização dos Livros Didáticos (PNLD) sem conexão com o Currículo Básico Comum – CBC;
- 07 - Excesso de falta dos professores, dificultando a implementação das ações de Intervenção Pedagógica, porque os professores eventuais assumem as salas de aula;
- 08 - Desempenho escolar dos alunos insatisfatório, conforme evidenciado nos resultados das avaliações internas e externas;
- 09 - Elevado número de reprovações e de alunos em progressão parcial;
- 10 - 60% dos alunos estão abaixo do nível recomendado nas avaliações do PROALFA/PROEB;
- 11 - Metas pactuadas pela escola com as SRE não alcançadas, conforme dados do SIMAVE;
- 12 - Apresenta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB abaixo do índice Nacional. Não cumprimos a meta do IDEB prevista para a escola;
- 13 - Relacionamento interpessoal interferindo no pedagógico, acarretando indisciplina e comportamentos indesejáveis;
- 14 - Prática do Bulling;
- 15 - 20 % dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental não consolidaram capacidades básicas da alfabetização e letramento;
- 16 - Pouca participação da comunidade escolar nas ações da escola; Neste contexto, três questões fundamentais tornam-se desafiadoras para a escola:
 - O problema de produção e da qualidade do conhecimento, a definição de sua função social e a consequente necessidade dela redefinir-se quanto a seus princípios, missão, visão, objetivos, metas e concepções.

3. PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA

PRINCÍPIOS – São os valores que dão sustentação e identidade à escola. Para a discussão e definição desses princípios, a escola se ancorou na Lei nº 9.394/96, nas Resoluções SEE/MG, nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, dentre outros.

O PPP da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira está sustentado em 3 (três) princípios: Éticos, Políticos e Estéticos.

PRINCÍPIOS ÉTICOS

Por ética entende-se a prática da honestidade, da integridade, da dignidade nas relações pessoais e institucionais, tendo com referência o interesse coletivo.

Portanto, a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira propicia um ambiente que estimula e vivencia a justiça, a solidariedade, a liberdade e a autonomia; respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses valores éticos são vivenciados por todos os que fazem parte da Comunidade Escolar como pais, alunos, professores, direção e demais servidores da Escola.

PRINCÍPIOS POLÍTICOS

São princípios de reconhecimento dos direitos, deveres e cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca

da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades.

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira assegura a todos os segmentos escolares o direito de participação na vida da Escola.

PRINCÍPIOS ESTÉTICOS

Princípio do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira propõe ações que estimulem a criatividade, a criticidade, a curiosidade, a emoção e as diversas manifestações artísticas e culturais.

Para implementar esses **princípios**, a Escola adota as seguintes Diretrizes Pedagógicas, dentre outras:

Escola Inclusiva - Acolhe e abraça a todos os alunos, servidores e comunidade;

Aluno – É o centro do Sistema Escolar: Sujeito da Aprendizagem, centro de todas as atenções;

Gestão Pedagógica - É o Eixo do Trabalho da Escola;

Gestão Democrática - É uma exigência para a Escola tenha qualidade, privilegiando a participação de todos no processo de decisão;

Equidade e qualidade na Educação – A Escola oferece condições para que todos os alunos se desenvolvam;

Definição de Metas - Tem foco na Aprendizagem e nos Resultados. Considera as metas do PROALFA, PROEB e IDEB;

Família e Comunidade – Garante o direito de participação das famílias no cotidiano da Escola;

Inclusão Social - Oferece ensino de qualidade para garantir a entrada, a permanência e o sucesso de todos os alunos;

Educar e Cuidar – Integra em suas práticas de educação e cuidado os aspectos físicos, afetivos, cognitivos, sociais e culturais dos alunos. Perpassa todas as etapas e as modalidades de ensino ofertadas pela Escola;

Conteúdos Curriculares - São meios para desenvolver as competências e habilidades dos alunos e não fim em si mesmos;

Currículo, Currículo Básico Comum, Redes de Aprendizagens – São aportes para o planejamento das atividades pedagógicas; O conhecimento escolar é organizado de forma interdisciplinar e contextualizada, potencializando a aprendizagem significativa;

O processo de aprendizagem - É interativo e reflexivo com ênfase no protagonismo do aluno;

O processo de ensino - É contextualizado e baseado no tratamento crítico e ético da informação;

Avaliação da Aprendizagem – É diagnóstica e formativa, objetivando o progresso individual e contínuo do aluno;

Intervenção Pedagógica – Acompanha, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos evidenciadas no momento em que ocorrerem;

Educar pela e para a cidadania – Cria espaços para o diálogo, a participação de toda a comunidade escolar.

MISSÃO DA ESCOLA - A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira tem por missão o desenvolvimento de processos

e estratégias pedagógicas que garantam a qualidade social da educação, a permanente excelência do processo de ensino aprendizagem, a superação dos desafios, o alcance das Metas e a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento a todos os alunos da escola, no tempo certo.

Por isso, a escola se propõe a garantir:

a – O desenvolvimento de competências e habilidades definidos no Currículo Básico Comum, como instrumento de inserção sociocultural no mundo contemporâneo;

b – O desenvolvimento da autonomia intelectual e moral tendo em vista uma atuação independente no campo da aprendizagem e da ética;

c – O desenvolvimento da responsabilidade cívica, visando ao protagonismo social com vistas ao bem comum;

d – O desenvolvimento de uma gestão participativa, democrática, com foco no eixo da gestão pedagógica;

e - O comprometimento com o coletivo. Comunicação compartilhada de informações e experiências.

f – O zelo pela ética no desenvolvimento do trabalho e nos relacionamentos interpessoais, considerando o impacto de sua ação na realidade de outros indivíduos.

VISÃO – A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira tem como visão: – Ser escola referência para as demais escolas do Município de Formoso e de Minas Gerais, em práticas pedagógicas inovadoras para o enfrentamento do desafio de alcançar as Metas pactuadas com a SRE e SEE, em cada ano letivo, garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento a todos os alunos da escola, no tempo certo.

4. OBJETIVOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos no artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96: "Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

4.1. OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos gerais da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira convergem para os fins mais amplos da Educação Nacional explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 que são:

- Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades;
- Realizar a transição entre as etapas da Educação Básica de forma a assegurar a articulação das dimensões orgânica e sequencial garantindo aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade.
- Assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;
- Promover o desenvolvimento das competências e habilidades para garantia dos Direitos de Aprendizagem dos alunos para uma participação produtiva no Século XXI;
- Garantir a qualidade social da educação na escola.

4.2. OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, compromete-se com uma educação com qualidade social para garantir ao educando:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores, com instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental de nossa escola promoverá um trabalho educativo de inclusão, que reconhece e valoriza as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

4.3. OBJETIVOS DO ENSINO MÉDIO

Etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de três anos e tem por objetivos:

- a - consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- b - assegurar preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;
- c - propiciar o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento

da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
d - propiciar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.
e - promover ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos.

4.4. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – destina-se àqueles que desejam a formação na Educação Básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio- e não efetuaram seus estudos na idade própria.

Assim, a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Ainda, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, essa modalidade deve desempenhar três funções:

Função reparadora: não se refere à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável para atender às necessidades específicas de alunos jovens e adultos.

Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidade, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

5. METAS DA ESCOLA

São metas da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira:
Ao final de cada ano letivo espera-se que 100% dos Alunos matriculados no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos – EJA, sejam aprovados em todos os Componentes Curriculares, com rendimento escolar recomendável.

São Metas da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira em 2014 – PROALFA/PROEB:

- 1- Elevar em...% a proficiência dos alunos do 3º Ano do Ciclo da Alfabetização.
- 2- Elevar, no mínimo, .. % dos alunos do 3º Ano do Ciclo da Alfabetização, de baixo desempenho, de desempenho intermediário para o padrão recomendo.
- 3- Elevar, no mínimo,...% dos alunos do 3º ano, de baixo desempenho, para o desempenho intermediário ou recomendo.
- 4- 100% dos alunos do 2º ano "lendo e compreendendo pequenos textos, produzindo pequenos textos escritos e fazendo uso da leitura e escrita nas práticas sociais."
- 5- 100% dos alunos do 1º ano com atitudes e disposições favoráveis à leitura, conhecendo os usos e funções sociais da escrita, compreendendo o princípio alfabético do sistema de escrita, lendo e escrevendo palavras e sentenças.
- 6- 100% dos alunos de baixo desempenho do 4º Ano do Ciclo Complementar com desempenho recomendo.
- 7- Elevar para% a proficiência dos alunos do 5º Ano, para% a proficiência dos alunos do 9º Ano e para% a proficiência dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa.
- 8- Elevar para% a proficiência dos alunos do 5º Ano, para % a proficiência dos alunos do 9º Ano para% a proficiência dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio em Matemática.
- 9- Elevar, no mínimo, ...% dos alunos do 5º ano e % dos alunos do 9º Ano, ...% dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio de desempenho intermediário, para o nível recomendo, em Língua Portuguesa.
- 10- Elevar, no mínimo, ...% dos alunos do 5º Ano e % dos alunos do 9º Ano e% dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio de desempenho intermediário, para o nível recomendo, em Matemática.
- 11- Elevar, no mínimo, ...% dos alunos do 5º ano , ...% dos alunos do 9º Ano e ...% dos alunos do 3º Ano de baixo desempenho, para o desempenho intermediário ou recomendável, em Língua Portuguesa.
- 12- Elevar, no mínimo, ..% dos alunos do 5º Ano, ...% dos alunos do 9º Ano e ...% dos alunos do 3º Ano do Ensino Médio, de baixo desempenho, para o desempenho intermediário ou recomendável, em Matemática.
- 13- 100% dos professores elaborando e aplicando, durante todo ano letivo, avaliações internas que subsidiam a reflexão a cerca do desenvolvimento dos alunos e a correção de rumos, caso necessário.
- 14- 100% dos alunos do 6º Ano adaptados à estrutura organizacional hora/aula, com bom desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.
- 15- 100% dos alunos de 6º ao 9º Ano com desempenho recomendo em todas as disciplinas, principalmente em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.
- 16- 100% dos alunos de 6º ao 9º anos de escolaridade com dificuldades no desenvolvimento no processo de aprendizagem, atendidos em suas necessidades individuais com atividades de Intervenção Pedagógica definidas no Plano de Intervenção Pedagógica.
- 17- 100% dos professores participando de atividades de formação continuada promovidas pela SEE/SRE/ESCOLA, utilizando em sala de aula práticas pedagógicas inovadoras.
- 18- 100 % das famílias dos alunos envolvidas nas ações realizadas pela escola.
- 19- 100% das ações pedagógicas planejadas implementadas com sucesso, na escola.
- 20- Meta do IDEB da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira:
Anos Iniciais: 6.0 Anos Finais: 5.0 Ensino Médio: 4.0

6. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, CURRÍCULO ESCOLAR, APRENDIZAGEM DOS ALUNOS, AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As concepções assumidas pela Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira se efetiva na medida em que sua prática pedagógica como um todo, torna-se a expressão real da sua concepção e assim compreende e concebe Educação, Currículo Escolar, Aprendizagem dos Alunos, Avaliação Escolar, conforme explicitadas a seguir:

A - EDUCAÇÃO

A concepção de Educação é compreendida como um processo de desenvolvimento do indivíduo para que ele possa atuar na sociedade. Para tal educação, deve-se considerar o homem no seu plano físico e intelectual, consciente das possibilidades e limitações, capaz de compreender e refletir sobre a realidade do mundo que o cerca, podendo considerar seu papel de transformação social como uma sociedade que supere nos dias atuais a economia e a política, buscando solidariedade entre as pessoas, respeitando as diferenças individuais.

Desse modo, privilegia-se a prática de uma educação em que os professores e alunos se visualizem por inteiro no processo, estabelecendo-se uma mudança de atitudes a respeito da formação e ação do aluno, das quais fazem parte, os aspectos afetivos, sociais, éticos concomitantemente com os aspectos cognitivos.

B - CURRÍCULO ESCOLAR

A concepção de Currículo Escolar é compreendida como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando.

A concepção de currículo aqui defendida requer que a organização escolar, os planos, a metodologia de ensino, as formas de avaliação da aprendizagem, as relações entre os atores que participam do processo educacional e todas as variáveis implícitas nele tenham o aluno com centro do processo ensino e aprendizagem.

C - APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

A concepção de Aprendizagem dos Alunos é compreendida como o processo pelo qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos ou valores são adquiridos ou modificados, como resultado de estudo, de experiência, de formação, de observação e raciocínio.

É concebida como um processo possível para todos, mas também entende e respeita as maneiras e os ritmos de aprendizagem de cada aluno. Todo aluno é capaz de aprender desde que lhe sejam oferecidas situações significativas, contextualizadas, sistematizadas, com Intervenções Pedagógicas, quando necessárias, e com a mediação constante do professor.

D - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A concepção de Avaliação da Aprendizagem é compreendida com a função básica de ajudar o aluno a aprender, favorecendo o seu progresso individual e contínuo. Com função diagnóstica, formativa, investigativa, indicadora de intervenções pedagógicas, pressupõe uma diversidade de instrumentos. Esses devem expressar o desenvolvimento das competências e habilidades consolidadas pelos alunos.

7- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Organização Curricular e Didático-Pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico da escola.

CURRÍCULO ESCOLAR

Na implementação do currículo, a escola buscará evidenciar a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade.

A interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos. Todo conhecimento e informação disponíveis devem se dar através da construção interativa: professor, aluno, conhecimento.

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático - pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere da interdisciplinaridade e ambas completam-se, rejeitando a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado.

A transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica, e a interdisciplinaridade, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento.

O PPP da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira desenvolverá uma aprendizagem significativa e que tenha o conteúdo como meio para o desenvolvimento das habilidades e competências definidas para cada ano, de cada etapa e mo-

dalidade de ensino da Educação Básica ofertada na Escola, necessárias ao pleno desenvolvimento do educando e à sua participação produtiva na sociedade do século XXI.

Assim, desenvolverá atividades pedagógicas que englobem as instâncias do aprender: corpo, afetividade e cognição, valorizando as vivências dos alunos como forma de reflexão que gera a ação.

O currículo da escola foi construído a partir da definição dos conteúdos de cada componente curricular, das metodologias de ensino, do material didático-pedagógico e do aproveitamento dos tempos e espaços escolares. As formas de avaliação da aprendizagem dos alunos objetivam diagnosticar a aprendizagem e direcionar o ensino de forma a propiciar ao aluno o desenvolvimento de forma sólida, da sua identidade, da capacidade intelectual, do pensamento autônomo e da consciência crítica, para que possa compreender e participar ativa e produtivamente na sociedade.

Ressalta-se, aqui, a importância do trabalho fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, na Resolução SEE nº 2197/2012, nos referenciais teóricos consubstanciados no Currículo Básico Comum – CBC, outros.

7.1. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Ciclos de Alfabetização e Complementar

Considerando que o processo de alfabetização e o zelo com o letramento são base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira deverá organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

O Ciclo da Alfabetização, a que têm ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

1º Ano do Ciclo da Alfabetização:

- a - desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b - conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c - compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d - ler e escrever palavras e sentenças.

2º Ano do Ciclo da Alfabetização:

- a - ler e compreender pequenos textos;
- b - produzir pequenos textos escritos;
- c - fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

3º Ano do Ciclo da Alfabetização:

- a - ler e compreender textos mais extensos;
- b - localizar informações no texto;
- c - ler oralmente com fluência e expressividade;
- d - produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos deverão ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e da subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O Ciclo Complementar, com objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

4º Ano do Ciclo Complementar:

- a - produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b - utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c - utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d - selecionar textos literários segundo seus interesses.

5º Ano do Ciclo Complementar:

a - produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;

b - ler, compreendendo, o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos deverão dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da Linguagem quanto na da Matemática, deverá ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos Anos Iniciais, os Componentes Curriculares deverão ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

- os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia deverão ser abordados de forma articulada ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.
- a questão ambiental contemporânea deverá ser abordada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.
- Arte, deverá oportunizar aos alunos momentos de recreação e ludicidade, por meio de atividades artístico-culturais.
- O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, será ofertado, obrigatoriamente no Ensino Fundamental e deverá reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz.

A escola, ao longo de cada ano dos Ciclos, acompanha, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos alunos.

O ensino da Música na Educação Básica, de acordo com a Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, que alterou a LDBEN

9394/96, acrescentando ao seu artigo 26 o § 6º, a seguinte redação;

- Art. 26:(...)

§ 6º - "A música deverá ser conteúdo obrigatório, **mas não exclusivo**, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo".

A música constitui, portanto, conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o professor deverá trabalhar a música e os demais conteúdos de Arte de forma integrada ao processo de alfabetização e letramento.

7.2. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

A passagem dos alunos dos Ciclos dos Anos Iniciais para os Ciclos dos Anos Finais do Ensino Fundamental deverá receber atenção especial da escola, a fim de se garantir articulação sequencial necessária especialmente entre o Ciclo Complementar e Ciclo Intermediário, em face das demandas diversificadas exigidas dos alunos, pelos diferentes professores, em contraponto à unidocência dos Anos Iniciais.

A escola deverá, ainda, articular com a Rede Municipal de Ensino, para evitar obstáculos de acesso aos ciclos dos Anos Finais do ensino fundamental, dos alunos que se transfiram de uma rede para outra, para completar essa etapa da Educação Básica.

Os Ciclos Intermediário e da Consolidação do Ensino Fundamental com o objetivo de consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridos nos Ciclos de Alfabetização e Complementar terão suas atividades pedagógicas organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, de modo a assegurar que, ao final do 9º Ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I – Linguagens

a - Língua Portuguesa:

- ler de maneira autônoma textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo intenções do enunciador e sendo capaz de aderir ou recusar as ideias do autor;
- identificar e utilizar os diversos gêneros e tipos textuais que

circulam na sociedade para a resolução de problemas cotidianos que requerem o uso da língua;

- produzir textos orais e escritos com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical, utilizando os recursos sociolinguísticos adequados ao tema proposto, ao gênero, ao destinatário e ao contexto de produção;
- analisar e reelaborar o seu próprio texto segundo critérios adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação previstos;
- desenvolver atitudes e procedimentos de leitor e escritor para a construção autônoma de conhecimentos necessários a uma sociedade baseada em informação e em constante mudança.

b - Língua Estrangeira Moderna:

- compreender textos escritos e orais de diferentes gêneros textuais em Língua Estrangeira Moderna, bem como suas condições de produção e de recepção;
- produzir textos escritos em Língua Estrangeira Moderna, coesos e coerentes, com correção lexical e gramatical, considerando as condições de produção e circulação;
- utilizar a linguagem oral da Língua Estrangeira Moderna como instrumento de interação sócio comunicativa.

c - Arte

- saber se expressar artisticamente articulando a percepção, imaginação, emoção, sensibilidade e a reflexão em suas produções artísticas visuais, corporais, cênicas e musicais, compreendendo a arte em todas as suas manifestações;
- apreciar e analisar criticamente produções artísticas (artes visuais, dança, teatro e música) estabelecendo relações entre análise formal, contextualização, pensamento artístico e identidade cultural;
- refletir acerca da manifestação artística, sobre si próprio e sobre a experiência estética.

d – Educação Física

- reconhecer o potencial do esporte, dos jogos, das brincadeiras, da dança e da ginástica para o desenvolvimento de atitudes e de valores democráticos de solidariedade, respeito, autonomia, confiança, liderança;
- conhecer as modalidades esportivas, sua história, suas regras, movimentos técnicos e táticos bem como as diferenças na forma de apresentação dos esportes;
- conhecer e identificar os elementos constitutivos da dança utilizando as múltiplas linguagens corporais, possibilitando a superação dos preconceitos, bem como conhecer e identificar diversos jogos e brincadeiras da nossa e de outras culturas;
- compreender os riscos e benefícios dos exercícios físicos e esportivos na promoção da saúde e qualidade da vida.

II- Matemática:

- comparar, ordenar e operar com números naturais, inteiros, racionais, interpretando e resolvendo situações-problema;
- identificar e resolver situações-problema que envolvam proporcionalidade direta e inversa; porcentagem e juros; equações de primeiro e segundo graus; sistemas de equações de primeiro grau, conversão de medidas; cálculo de perímetro, de área, de volume e capacidade;
- probabilidade; utilização de linguagem algébrica;
- reconhecer as principais relações geométricas entre as figuras planas;
- interpretar e utilizar informações apresentadas em tabelas e/ ou gráficos.

III- Ciências da Natureza:

- compreender a inter-relação dos seres vivos entre si e com o meio ambiente;
- compreender o efeito da droga e suas consequências no convívio social;
- identificar os conhecimentos físicos, químicos e biológicos presentes no cotidiano;
- compreender o processo de reprodução na evolução e diversidade das espécies, a sexualidade humana, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis.

IV- Ciências humanas:

a - História

- compreender as relações da natureza com o processo socio-cultural, político e econômico, no passado e no presente;
- reconhecer e compreender as diferentes relações de trabalho na realidade atual e em outros momentos históricos;
- compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo;
- realizar, automaticamente, trabalhos individuais e coletivos usando fontes históricas.

b - Geografia:

- compreender as relações de apropriação do território associadas ao exercício da cidadania, a importância da natureza para o homem, bem como as questões socioambientais;
- compreender as formações sócio espaciais do campo e da cidade, sua relação com a modernização capitalista, bem como o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo na interação entre campo e a cidade;
- compreender o processo de modernização, os problemas socioambientais e novos modos de vida, garantindo sustentabilidade.

V- Ensino Religioso

- compreender a religiosidade como fenômeno próprio da vida e da história humana, desenvolvendo um espírito de fraternidade e tolerância em relação às diferentes religiões;
- refletir sobre os princípios éticos e morais, fundamentais às relações humanas, orientados pelas religiões, e agir segundo esses princípios.

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza

IV - Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V – Ensino Religioso

Ao final dos Ciclos Intermediário e da Consolidação, os alunos deverão, ainda, ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada Componente Curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

7.3. ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos e tem por finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- III - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;
- IV - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A Escola deve prover ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos.

O primeiro ano do Ensino Médio deve assegurar a transição harmoniosa dos alunos provenientes do 9º ano do Ensino Fundamental, considerando o aprofundamento dos Componentes Curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental e a inclusão de novos Componentes Curriculares.

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Médio que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza:

- a) Biologia;
- b) Física;
- c) Química.

IV - Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;
- c) Filosofia;
- d) Sociologia.

A organização curricular do Ensino Médio, que abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

O currículo da escola integrante do Projeto Reinventando o Ensino Médio terá carga horária de 3.000 (três mil) horas, Conteúdos Interdisciplinares Aplicados e Conteúdos Práticos e incluirá, no turno diurno, o sexto horário.

Expressão formal da concepção do currículo da escola contém uma Base Nacional Comum, definida nas diretrizes curriculares, e uma Parte Complementar Diversificada, definida a partir do interesse da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

É incluído na Parte diversificada, a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar.

A Língua Espanhola, de matrícula facultativa ao aluno, é Componente Curricular, obrigatoriamente, ofertado no Ensino Médio. A Educação Física, componente obrigatório de todos os anos do ensino Fundamental e Médio, é facultativa ao aluno apenas nas situações previstas no § 3º do artigo 26 da Lei nº 9394/96.

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do Componente Curricular Arte, o qual compreende também as Artes Visuais, o Teatro e a Dança.

A temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena é desenvolvida no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil.

Além da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, são incluídos, permeando todo o currículo, temas relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dependência química, higiene bucal e educação alimentar e nutricional, tratados transversal e integradamente, determinados ou não por leis específicas.

Na implementação do Currículo Escolar, os Temas Transversais são desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando, assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

Na organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio é observado o conjunto do **Currículo Básico Comum – CBC**, a ser implementado, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares da rede estadual de ensino.

7.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Para garantir os direitos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 sobre a educação de jovens e Adultos e justificar a função social, a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira oferece a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA - destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

A Educação de Jovens e Adultos é oferecida por meio de:

- curso presencial;

A idade mínima para matrícula em cursos de Ensino Fundamental e Médio é de 15 e 18 anos respectivamente;

A idade mínima para a realização dos Exames Supletivos e Exames Especiais, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

é 15 e 18 anos completos até a data da realização da primeira prova, respectivamente.

A EJA terá a seguinte organização:

I - curso presencial dos anos finais do Ensino Fundamental, com duração de 02 (dois) anos letivos, organizados em 04(quatro) períodos semestrais;

II - curso presencial do Ensino Médio, com duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais.

Para atender às características e necessidades dos alunos da modalidade de ensino EJA, o currículo escolar é organizado de forma flexível e carga horária compatível de forma a contemplar os interesses, o modo de vida e as experiências com o mundo do trabalho dos alunos. Na medida que vão consolidando as competências e habilidades vão percebendo que valores, conhecimentos e saberes são construções sociais, culturais, históricas e, portanto, passíveis de transformação.

Quanto ao processo de avaliação, sabemos que um dos grandes desafios é garantir o ingresso, a permanência e o sucesso desses alunos na escola.

Assim, para além das ferramentas curriculares, buscamos também, adequar um processo de avaliação da aprendizagem que contemple os conhecimentos consolidados pelos alunos e a trajetória de vida desses alunos em um processo de formação contínua, coletivo, sistemático e flexível.

A transição entre as etapas da Educação Básica deve assegurar formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade.

7.5. OS PLANOS: DE ENSINO, DE AULA, DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E DOS DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA

As propostas definidas pelo coletivo da escola devem ser executadas através dos planos, dentro de um determinado tempo, para garantir o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Os planos constituem instrumentos importantes para a operacionalização e implementação do PPP no cotidiano da escola. Assim, a forma de organização e apresentação do currículo da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira, seguirá dois formatos:

- Para as ações a serem trabalhadas pelos Componentes Curriculares diretamente, serão elaborados os respectivos Planos de Ensino, de Aula, o Plano de Intervenção Pedagógica e os Planos de Trabalho dos servidores da escola;

- Para as ações de caráter complementar serão elaborados e desenvolvidos Projetos Escolares.

A programação poderá sofrer alterações, modificações em sua execução, atendendo a adequações didático-pedagógicas necessárias ao alcance das metas de aprendizagem propostas, as características dos alunos, bem como de imprevistos que venham ocorrer.

Os planos devem apresentar as competências e habilidades, objetivos claros, metas bem definidas e ações que respondam aos pontos e melhorias identificados no diagnóstico e na análise dos resultados das avaliações internas e externas. Eles devem considerar os pressupostos do PPP e estar coerentes com as condições fundamentais para garantir os direitos de aprendizagem a todos os alunos e o alcance das metas das avaliações internas e externas.

Os Planos e os Projetos Escolares elaborados pelos professores, com a participação efetiva dos especialistas em educação, devem garantir coerência, considerar a realidade, as necessidades da escola, a partir da análise das avaliações diagnósticas, internas /externas e compor o PPP.

O Plano de Intervenção Pedagógica

O Plano de Intervenção Pedagógica da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira será construído, a cada ano e realimentado durante o processo de ensino-aprendizagem a partir da análise dos resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem dos alunos, representando o ciclo de trabalho da escola que, uma vez realizado com excelência, possibilitará a aprendizagem de todos os alunos no tempo certo.

O PPP da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira tem como foco os seguintes pressupostos básicos que vão estar sempre explicitados no PIP, como: o aluno no centro das atenções; foco da escola no pedagógico; trabalho integrado; articulação das ações pedagógicas da escola com as Competências/Habilidades que deverão ser desenvolvidas e consolidadas pelos alunos em cada ano de escolaridade; capacitação, formação e acompanhamento permanente dos professores; relacionamento da escola com a comunidade; cumprimento das metas do PROALFA/PROEB, pactuadas pela escola com a SRE/SEE e as metas do IDEB.

Conforme orientações contidas nas Revistas Pedagógicas do PROALFA e PROEB, a escola deverá realizar a intervenção pedagógica, desenvolvendo ações pedagógicas que devem estar explicitadas no PIP, tais como:

- Trabalho pelo professor em sala de aula, com atenção especial e individual aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagens;

- Enturmação temporária por conteúdos:
- Enturmação temporária por turmas contemplando os níveis de dificuldade;
- Atendimento a pequenos grupos de alunos de forma sistematizada
- Utilização das Lições de Língua Portuguesa e de Matemática do 5º ano do Ciclo Complementar e do 9º ano do Ciclo da Consolidação.
- Utilização das Sessenta Lições (até o 4º ano) das Trinta e Uma Lições no 5º ano em diante) - deverão ser trabalhadas com os alunos não alfabetizados ou o processo de alfabetização ainda não plenamente consolidado.

O Plano de Intervenção Pedagógica constitui aspecto importantíssimo na operacionalização das propostas definidas no PPP e implementadas no dia a dia da Escola.

O PIP - Plano de Intervenção Pedagógica – da Escola, para atender aos alunos com aprendizagens não consolidadas contará com as intervenções pedagógicas sistematizadas a serem realizadas pelo professor regente em sala de aula e com ações também sistematizadas fora da sala de aula por outros professores e outros servidores da escola.

7.6. METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS PRIVILEGIADOS PELA ESCOLA

Metodologia é o caminho, a forma utilizada pelo professor para atingir os objetivos e metas propostos. Ela tem que ser coerente com a concepção pedagógica adotada pela escola, utilizando-se de todos os recursos didático-pedagógicos e tecnológicos que através da interação aluno/aluno, professor/aluno as aprendizagens possam acontecer de forma prazerosa, produtiva e significativa.

A escola constitui a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria dos alunos. Esse dado aumenta a responsabilidade do ensino na sua função de assegurar a todos os alunos a aprendizagem dos conteúdos curriculares capazes de fornecer os instrumentos básicos para a plena inserção na vida social, econômica e cultural.

Para isso, a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira, no desempenho de suas funções de educar, tem por proposta acolher os alunos, buscando construir e utilizar metodologias, estratégias e recursos de ensino que melhor atendam às suas características cognitivas. Acolher significa garantir as aprendizagens propostas no Currículo Básico Comum – CBC para que o aluno desenvolva interesses e sensibilidades

que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na sociedade. A escola, é por excelência, o lugar em que é possível ensinar e cultivar as regras do espaço público que conduzem ao convívio democrático com as diferenças, orientado pelo respeito mútuo e pelo diálogo.

Dentre outros procedimentos devem ser utilizados: a observação, a experimentação, a pesquisa, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos, a transversalidade e o trabalho interdisciplinar.

Os professores devem, também, utilizar procedimentos que coloquem os alunos em contato com a natureza e com todos os espaços pedagógicos da escola, como a biblioteca escolar, a quadra, o refeitório, promovendo, assim, a interação dos alunos uns com os outros.

Quanto aos recursos didáticos, os professores da Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira devem reconhecer o seu papel importante no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, ter clareza das possibilidades e dos limites que cada um deles apresenta e de como eles podem ser inseridos nas propostas de trabalho.

Os recursos didáticos como Livros Didáticos (PNLD), Livros de Literatura e obras complementares (PNBE), acervo técnico-pedagógico, mapas, quadro de giz, ilustrações, globo terrestre, dicionários, revistas, jornais, jogos, brinquedos devem construir instrumentos presentes no dia a dia da sala de aula.

Atualmente, a tecnologia coloca à disposição da escola uma série de recursos como o computador, a televisão, o DVD, a calculadora, data show dos quais os professores podem e devem, também, fazer uso.

7.7. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Na avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

- I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.

Na avaliação da aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

A progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, nos Ciclos da Alfabetização e Complementar está vinculada à avaliação contínua e processual, que permite ao professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, no momento em que elas surgem, intervindo de imediato, com estratégias adequadas, para garantir as aprendizagens básicas.

A progressão continuada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve estar apoiada em intervenções pedagógicas significativas, com estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos no ano em curso.

A escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

I - criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;

II - organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;

III - adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como "promoção automática" de alunos de um ano ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

A progressão parcial, que deverá ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos, no ano letivo seguinte, naqueles aspectos dos Componentes Curriculares nos quais necessita, ainda, consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 3 (três) Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

O aluno em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Pública Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas nos tema(s) ou tópico(s) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es).

Ao aluno em progressão parcial devem ser assegurados estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em

curso, com a finalidade de proporcionar a superação das defasagens e dificuldades em temas e tópicos, identificadas pelo professor e discutidas no Conselho de Classe.

Os estudos previstos no Plano de Intervenção Pedagógica devem ser desenvolvidos, obrigatoriamente, pelo(s) professor(es) do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial.

O cumprimento do processo de progressão parcial pelo aluno poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo seguinte, uma vez resolvida a dificuldade evidenciada no(s) tema(s) ou tópico(s) do(s) Componentes Curricular(es).

A escola deve utilizar-se de todos os recursos pedagógicos disponíveis e mobilizar pais e educadores, para que sejam oferecidas aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, condições para que possam ser vencidas as dificuldades ainda existentes, considerando que o aluno só concluirá a Educação Básica, quando tiver obtido aprovação em todos os Componentes Curriculares.

É exigida do aluno a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual total.

No caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75%, no final do período letivo, a escola deve usar o recurso da reclassificação para posicionar o aluno no ano seguinte de seu percurso escolar.

A escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino-aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula;

II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período;

III - estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

O plano de estudos independentes de recuperação, para o aluno que ainda não apresentou domínio no(s) tema(s) ou tópico(s) necessário(s) à continuidade do percurso escolar, deve ser elaborado pelo professor responsável pelo Componente Curricular e entregue ao aluno, no período compreendido entre o término do ano letivo e o encerramento do ano escolar.

A escola deve garantir, no ano em curso, estratégias de intervenção pedagógica, para atendimento dos alunos que, após todas as ações de ensino-aprendizagem e oportunidades de recuperação previstas no Art. 78, da Resolução SEE nº2197, ainda apresentarem deficiências em capacidades ou habilidades no(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior.

A promoção e a progressão parcial dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ser decididas pelos professores e avaliadas pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu Componente Curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade.

Os Componentes Curriculares cujos objetivos educacionais colocam ênfase nos domínios afetivo e psicomotor, como Arte, Ensino Religioso e Educação Física, devem ser avaliados para que se verifique em que nível as habilidades previstas foram consolidadas, sendo que a nota ou conceito, se forem atribuídos, não poderão influir na definição dos resultados finais do aluno.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados em até 20 dias após o encerramento de cada 1(um) dos 4(quatro) bimestres, aos pais, conviventes ou não com os filhos, e aos alunos, por escrito, utilizando-se notas ou conceitos, devendo ser informadas, também, quais estratégias de atendimento pedagógico diferenciado foram e serão oferecidas pela escola.

No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a Escola deve comunicar aos pais, conviventes ou não com os filhos, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso.

A escola deve divulgar, amplamente, os dados e informações relativos a:

I - medidas, projetos, propostas e ações desenvolvidas e previstas pela escola para melhorar sua atuação e seus resultados educacionais;

II - indicadores e estatísticas do desempenho escolar dos alunos e resultados obtidos pela escola nas avaliações externas. Considera-se relevante para o cumprimento do que estabelece o caput deste artigo, informar:

I - número de alunos matriculados por ciclo ou ano escolar;

II - resultado do desempenho dos alunos de acordo com a etapa e modalidades da Educação Básica;

III - medidas adotadas no sentido de melhorar o processo pedagógico e garantir o sucesso escolar;

IV - percentual de alunos em abandono por ano e as medidas para evitar a evasão escolar;

V - taxas de distorção idade/ano de escolaridade e as medidas adotadas para reduzir esta distorção.

Compete à escola manter atualizados os dados da Secretaria Escolar e do Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE, bem como o Registro Estatístico Escolar Nacional Anual, e organizados de acordo com as normas estabelecidas pelos respectivos Sistemas.

A Educação em Tempo Integral tem por finalidade ampliar a jornada escolar, os espaços educativos, a quantidade e a qualidade do tempo diário de escolarização.

A jornada escolar ampliada deve ter a duração mínima de 3 (três) horas diárias durante todo o ano letivo e contemplar a formação além da Escola, com a participação da família e da comunidade.

As atividades da jornada ampliada podem ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do entorno em que está situada a unidade escolar, mediante as parcerias estabelecidas.

A composição curricular da Educação em Tempo Integral deve ser organizada contemplando os seguintes campos de conhecimento:

I - Acompanhamento Pedagógico;

II - Cultura e Arte;

III - Esporte e Lazer;

IV - Cibercultura;

V - Segurança Alimentar Nutricional;

VI - Educação Socioambiental;

VII - Direitos Humanos e Cidadania.

Os campos de conhecimento da Educação em Tempo Integral devem estar integrados aos Componentes Curriculares das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e Médio.

7.8. BASES NORTEADORAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Na organização do trabalho pedagógico perpassam todos os aspectos da organização escolar, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativa, até a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos de mobiliário da escola, ou seja, todo o conjunto de atividades que se realizam no espaço escolar, em seus diferentes âmbitos.

A escola estabelece os seguintes elementos como bases norteadoras do seu trabalho pedagógico:

- A garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos;

- O Currículo Básico Comum – as competências e habilidades a serem consolidadas pelos alunos;

- As avaliações Internas e Externas – PROALFA/PROEB/IDEB;

- A Intervenção Pedagógica para os alunos que dela necessitam, no tempo certo;

- A percepção e interpretação do perfil real dos alunos de vista do ponto intelectual, cultural, emocional, afetivo;

- A clareza sobre o fazer pedagógico – a metodologia e os materiais didáticos utilizados pelos professores em sala de aula;

- O acesso, permanência dos alunos na escola para conquista da qualidade social;

- A utilização do Livro Didático – PNLD;

- A formação continuada dos professores e especialistas;

- O envolvimento e integração dos pais e ou responsáveis dos alunos nas ações escolares.

7.9. FUNDAMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA

A gestão democrática é aquela que tem, nas instâncias colegiadas, o espaço em que são tomadas as decisões que orientam o conjunto das atividades escolares, os processos e procedimentos pedagógicos e administrativos no âmbito

escolar. Pela gestão democrática, educa-se para a conquista da cidadania plena, mediante a compreensão do significado social das relações de poder que se reproduzem no cotidiano da escola, nas relações entre os professores e demais servidores da escola, o conhecimento dos alunos e de suas famílias, bem assim, entre estes e o PPP, na sua concepção coletiva que dignifica as pessoas, por meio da utilização de um método de trabalho centrado no estudo, nas discussões, no diálogo que não apenas problematiza, mas, também propõe, fortalecendo a ação conjunta que busca elementos para criar e recriar o trabalho na escola.

A gestão da escola é composta por um diretor e três vices – diretor que fazem parte do quadro efetivo da escola. Conta, ainda, com o Colegiado Escolar com funções Consultivas e Deliberativas.

7.10. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA, FREQUÊNCIA DOS ALUNOS E DE SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR

A qualidade social da educação escolar supõe a permanência do aluno na escola, não só com a redução da evasão, mas também da repetência e da distorção idade/ano de escolaridade.

Significa compreender que a educação é um processo de socialização da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Socializar a cultura inclui a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola.

Neste sentido, várias ações devem ser consideradas pela escola, tais como:

- Zelo, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência dos alunos à escola;
- Informação aos pais e responsáveis sobre a frequência e o desempenho escolar dos alunos, bem como sobre a implementação das ações pedagógicas definidas no PPP;
- Implementação das atividades de Intervenção Pedagógica para os alunos que dela necessitam;
- Trabalho integrado com o Conselho Tutelar;
- Integração em suas práticas de educação do **Educar e Cuidar** - cuidado com os aspectos físicos, afetivos, cognitivos, sociais e culturais dos alunos. Essa integração passando por todas as etapas e as modalidades de ensino ofertadas pela escola.

7.11. PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES E DOS DEMAIS SERVIDORES DA ESCOLA

Valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, ambiental, social, ética, estética.

Para atender às orientações do Parecer CNE/CEB Nº 7/2010, o professor deverá estar apto para gerir as atividades didático-pedagógicas de sua competência se os cursos de formação inicial e continuada de docentes levarem em conta que, no exercício da docência, a ação do professor é permeada por dimensões não apenas técnicas, mas também práticas, éticas e estéticas, pois terão de desenvolver habilidades propedêuticas, com fundamento na ética da inovação, e de manejar conteúdos e metodologias que ampliem a visão política para a polivalência das técnicas e tecnologias, no âmbito de sua atuação cotidiana.

Assim, a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira firma o compromisso de promover atividades de formação continuada de seus professores e dos demais servidores propondo as seguintes atividades de formação continuada:

- Realização de reuniões e encontros pedagógicos, sistematizados, nos horários das atividades extraclasse, sob a coordenação dos especialistas em educação básica;
- Participação dos professores nas capacitações oferecidas pela SEE/SRE, no PACTO/PNAIC e em todas as possibilidades e oportunidades de capacitação apresentadas para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.
- Elaboração de um Calendário de Atividades de Formação Continuada dos professores e servidores da escola, tendo em vista os pontos de melhoria evidenciados, as necessidades e demandas apresentadas pelos professores da escola.
- Capacitação dos professores pelas Equipes Regional e Central do PIP/EF a partir das observações feitas decorrentes das visitas às salas de aula. (Feedback).
- Divulgação, no âmbito escolar, do acervo pedagógico e das atividades da biblioteca escolar;

Nesse sentido, espera-se, que o professor possa conhecer as especificidades dos processos de desenvolvimento e de aprendizagens, respeitar os direitos dos alunos e de suas famílias, e assim, apropriar-se dos conhecimentos técnico-metodológicos e teórico-práticos indispensáveis ao desempenho de suas funções.

8. O RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE ESCOLAR

O Colegiado Escolar constitui uma instância que contribui de forma importantíssima para a representação da comunidade social na escola.

O Colegiado Escolar, segundo Veiga (2001), é concebido como local de debate e tomada de decisões. Como espaço de discussão e de reflexão favorece a todos os segmentos na escola – professores, funcionários, pais e alunos – pois implica na explicitação de seus interesses, suas crenças e reivindicações. É então um canal de participação e também instrumento da gestão da própria escola. Nesse sentido, o Colegiado Escolar deve ter efetiva participação nas decisões consultivas e deliberativas sobre questões importantes relacionadas com a escola, tais como currículo, avaliações internas e externas, qualidade de ensino, inclusão, formação continuada dos professores, aspectos físicos e financeiros (Caixa Escolar – prestação de contas), dentre outros.

A participação do Colegiado Escolar na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico – elaboração, aprovação, acompanhamento e execução – é importantíssima, fazendo com que esse documento realmente seja significativo para a vida e o direcionamento dos rumos da escola.

Pesquisas têm demonstrado que, normalmente, o desempenho dos alunos é melhor em Escolas nas quais os pais participam da vida escolar e são constantemente informados do rendimento escolar dos seus filhos e dos resultados da avaliação externa da Escola. Podemos afirmar: a escola só é boa quando os pais participam.

Sabe-se que a função de conduzir o processo de aprendizagem escolar corresponde fundamentalmente aos professores, à escola, mas, podemos afirmar que a família tem papel importante nesse processo na medida em que parte dele acontece fora da escola.

No decorrer de cada ano letivo, serão desenvolvidas várias atividades para fortalecer a participação da comunidade na escola, dentre outras, as seguintes:

- Informação aos pais dos resultados da escola nas Avaliações Internas e Externas;
- Participação dos pais ou responsáveis na Revisão e/ou Reestruturação, implementação e monitoramento do PPP;
- Conhecimento do PPP da escola;
- Recebimento dos Boletins Escolares no final de cada bimestre;
- Participação em Reunião de Conselhos de Classe, participação como membro do Colegiado ou Conselho Fiscal, participação em reuniões do Colegiado Escolar e participação em eventos sociais e culturais promovidos pela escola;
- Criação de canais de comunicação com a comunidade local como os jornais do bairro;
- Utilização das dependências da escola pela comunidade escolar;
- Oferta de serviços culturais, de esporte, recreativas e de lazer;
- Disponibilização de seus espaços nos finais de semana e períodos de férias, para a realização de atividades por parte da comunidade local.

Em um relato de Paulo Freire, quando se indaga uma mãe sobre a importância do Colegiado Escolar, ela afirma sua importância dizendo que é:

[...] bom porque em parte a comunidade pode saber como a escola é por dentro. O que é feito por nossos filhos, a utilização do dinheiro. Antes, a comunidade ficava do portão para fora. Só entrávamos na escola para saber das notas e reclamação dos filhos. Era só para isso que, antigamente, os pais eram chamados – ou para trazer para as festas um prato de quitutes (FREIRE, 2003).

Na Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira os pais dos alunos serão considerados colaboradores efetivos, para os quais as portas da escola estarão sempre abertas. Sua presença será sempre bem acolhida, assim como as queixas, as sugestões, as críticas e as intervenções, tendo em vista a concretização de uma escola democrática e de qualidade.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

A Avaliação da implementação das ações do PPP será realizada, sistematicamente, para que as correções dos rumos sejam feitas no momento certo, para tomada de decisões ao longo e ao final do ano.

Para essa atividade a Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira deverá:

- Fazer a análise e interpretação dos resultados das avaliações internas, externas e das ações realizadas pela escola;
- Realizar avaliação geral, da implementação do PPP, por todos, especialmente no final do ano, apresentando questões, tais como:

Todas as ações foram executadas?

As ações ajudaram na caminhada?

Em que medida as necessidades da escola foram supridas e ajudaram a construir uma prática transformadora?

Todas as etapas serão avaliadas detalhadamente, antes, durante e após sua realização.

Feita a avaliação do PPP e tendo como referência as necessidades já revistas e reelaboradas, parte-se para a reorganização, se necessário, e a programação para o próximo ano.

Para essa reorganização(revisão e/ou reestruturação do PPP), a escola deverá:

- Garantir a implementação do PPP sem perder de vista os compromissos assumidos coletivamente;
- Ter clareza de que as ações definidas pelo seu coletivo, embora representando os desejos de todos, necessitam identificar os segmentos que irão realizá-las;
- Planejar suas atividades permanentes (currículo escolar, calendário escolar, avaliação da aprendizagem) e os projetos que serão desenvolvidos, elaborando o Cronograma Geral de Atividades do PPP, dentre outras:
 - a - Criar horários e espaços para promover momentos de discussão coletiva;
 - b - Disponibilizar textos que articulem questões teóricas e práticas sobre a organização do trabalho da escola, visando contribuir na construção do PPP;
 - c - Promover a discussão por blocos, reunindo alguns segmentos de cada vez;
 - d - Realizar reuniões entre os pais e Colegiado Escolar para avaliação do trabalho da escola;
 - e – Sensibilizar os pais mais atuantes para que sejam elo entre os vários segmentos da escola e da comunidade local;
 - f - Estabelecer as metas a serem alcançadas nas avaliações internas e externas;
 - g – Compreender os princípios que orientarão as atividades que serão desenvolvidas pela escola.

Acredita-se que os objetivos serão atingidos, a partir do momento em que todas as ações previstas forem realizadas e atenderem às especificidades que requer a LDBEN, as diretrizes da SEE e a realidade e necessidade da escola e sua comunidade para que os alunos desenvolvam as competências e habilidades indispensáveis para conviver e transformar a sua realidade, com sucesso.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico pressupõe uma gestão democrática e comprometida com a qualidade social da educação, perpassando por decisões estratégicas do Gestor da Escola, sem as quais o processo ficaria comprometido.

O processo de Revisão e Reestruturação do PPP compreendeu vários momentos interligados. Todos esses momentos passaram por um processo de avaliação que permitiram a escola caminhar do **real** para o **ideal**, desenvolvendo ações possíveis de serem executadas e implementadas.

A escola terá momentos destinados ao planejamento, à organização do trabalho escolar, de sua prática pedagógica para viabilizar a operacionalização dos Planos de Ensino, Planos de Aula, Planos dos Servidores da Escola, Plano de Intervenção Pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas.

À direção da escola caberá a responsabilidade de garantir a implementação das atividades previstas nos PLANOS, supracitados, no PPP e imprimir, no trabalho coletivo de construção e operacionalização desses instrumentos, a confiança, o respeito mútuo, os sentimentos de cooperação e de solidariedade, apropriando-se do PPP como um instrumento para a consolidação de uma escola que, de fato, possa cumprir sua função social e garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos no tempo certo.

Espera-se que este PPP seja um instrumento de gestão da escola, orientando todas as práticas educativas rumo a execução de sua missão aqui instituída.

PARTE IV

A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E OS ANEXOS

A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 11769 de 18 de agosto de 2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.
- Gonçalves, D. C. Projeto Político Pedagógico. In: Revista AMAE EDUCANDO, nº 310, 2002.
- Guia do Diretor Escolar - Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – 2008
- MACHADO, M. A. A construção do projeto político-pedagógico da escola. In: Minas Gerais.
- MARÇAL, Juliane Corrêa. Progestão: Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação.
- MORETTO, Vasco. Repensando a prática pedagógica. Ed. Gráfica Opet LTDA.
- Parecer CNE/CEB nº 6º/2010 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
- Parecer CNE/CEB nº 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Parecer CNE/CEB nº 11/2010 – Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- Parecer CNE/CEB nº 5/2011 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução nº 4/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Resolução nº 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- Resolução nº 2/2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução SEE nº 2197/2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências;
- Repensando a Gestão Escolar para construção de uma Escola pública de qualidade, Estado de Minas Gerais, 2004.
- SANT' ANN, Flávia Maria e outros. Dois enfoques modernos de planejamento: o sistêmico e o participativo. In: -----, Planejamento de ensino e avaliação. P. A, Sagra, 1991.
- RAYS, Oswaldo Alonso. Planejamento de Ensino: um ato político-pedagógico. VI ENDIPE. Recife, 1987.
- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político - pedagógico ao cotidiano da sala de aula**, São Paulo: Libertad, 2002.
- Secretaria de Estado da Educação - Repensando a Gestão Escolar para a Construção de uma Escola Pública de Qualidade.
- VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

ANEXO I QUADRO - PONTOS DE MELHORIA E ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

PONTOS DE MELHORIA DETECTADOS	ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA
01 - Gestão Escolar sem foco no pedagógico.	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança na postura do Diretor da Escola, redirecionando o foco para aprendizagem do Aluno; - Formação continuada - participação em capacitações promovidas pela SEE/SRE.
02 - Falta de perfil alfabetizador de alguns professores que atuam nas turmas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	<ul style="list-style-type: none"> - Formação Continuada dos Professores dos Anos Iniciais na própria Escola; - Adoção de critérios que privilegiem o processo pedagógico na distribuição de turmas ao Professor. - Entrosamento com as Equipes do PIP/EF da SRE/SEE/MG
03 - Especialistas em Educação dos Anos Iniciais desconhecem o processo de alfabetização.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo e utilização das práticas de sala de aula dos materiais didático-pedagógicos disponibilizados pela SEE/MG às Escolas: – Cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE; - Guias do Alfabetizador da SEE/MG; - Caderno de Boas Práticas do Professor Alfabetizador; - Revistas Pedagógicas – SIMAVE/CAED - Entrosamento com as Equipes do PIP da SRE/SEE/MG.
04 - Dificuldade de muitos Especialistas em Educação Básica, na implementação das ações pedagógicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo do Material disponibilizado pela SEE, como: Guia do Especialista em Educação Básica, Caderno de Boas Práticas dos Especialistas em Educação; - Participação dos Especialistas em capacitações promovidas pela SEE/SRE; - Estudo do material sugerido aos Professores; - Entrosamento com as Equipes do PIP/EF da SRE/SEE.
05 – Trabalho em sala de aula descontextualizado do CBC.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo do CBC; - Planejamento das atividades com base nas Matrizes Curriculares e no CBC; - Implementação do CBC e das Lições de Língua Portuguesa e Matemática.
06 – Utilização dos Livros Didáticos desconectada do CBC.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria, na Escola, do processo de escolha dos Livros Didáticos; - Divulgação ampla da data da realização da escolha dos Livros Didáticos; - Conhecimento da Equipe Pedagógica do Guia do Livro Didático e utilização do mesmo no planejamento e nas práticas de sala de aula; - Avaliação dos Livros Didáticos utilizados, durante todo o ano letivo; - Valorização dos Livros Didáticos pela Comunidade Escolar.
07 - Excesso de faltas dos Professores, dificultando a implementação das ações de intervenção pedagógica na Escola, porque, nesse caso, o Especialista e o eventual assumem as salas de aula.	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização dos Professores faltosos para problemas causados à qualidade do ensino; - Registro das faltas no QF e considerá-las na avaliação de desempenho; - Utilização da força do argumento; - Melhoria do ambiente de trabalho dos Professores e valorização dos mesmos pela direção da Escola.

<p>08 - Desempenho acadêmico dos alunos</p> <p>- Elevado número de reprovação e de progressão parcial dos alunos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado número de reprovação e de progressão parcial dos alunos. - Envolvimento, participação dos Professores, Alunos, Pais, Servidores da Escola; - Foco do trabalho da Escola na Dimensão Pedagógica; - Implementação do PPP; - Elaboração e implementação do Plano de Intervenção Pedagógica; - Análise dos resultados das avaliações internas dos Alunos da Escola, em cada Componente Curricular, seguida da intervenção pedagógica, implementada pelo Professor de cada Componente Curricular, no momento em que surgir a necessidade; - Acompanhamento pelo Especialista, da ficha descritiva de cada aluno, detalhando as capacidades/competências não consolidadas e a exigência de comprovação, pela Escola da realização de todos os procedimentos de intervenção pedagógica (Ofício-circular 52/2010); - Divulgação das boas práticas realizadas pela Escola; - Conversão de todas as atividades das demais dimensões para a razão de ser da Escola Professores ensinando e Alunos aprendendo.
<p>09 - Desempenho acadêmico dos alunos insatisfatório, nas Avaliações Externas - PROALFA – PROEB e no IDEB, conforme apontam os resultados;</p> <p>- 60% dos alunos abaixo do nível Recomendável na avaliação do PROALFA;</p> <p>- Metas pactuadas pela Escola, não alcançadas, conforme caminhar histórico da Escola nas avaliações do SIMAVE de 2006 a 20011: PROALFA e PROEB</p> <p>- A Escola apresenta índice de Desenvolvimento Educacional – IDEB abaixo do resultado nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Projeto Político-Pedagógico; - Pactuação das Metas da Escola com a participação da Comunidade Escolar; - Realização de um pacto com a Comunidade Escolar para o alcance das metas; - Conhecimento amplo dos resultados da Escola nas Avaliações Externas; - Análise numérica e pedagógica dos resultados das Avaliações Externas por toda a Comunidade Escolar; - Estudo das Revistas Pedagógicas do SIMAVE/CAED; - Elaboração e implementação do Plano de Intervenção Pedagógica; - Formação Continuada dos Professores ; - Dinamização das atividades da Biblioteca Escolar;
<p>10 - Baixa expectativa dos Professores em relação ao potencial cognitivo dos Alunos.</p>	<p>Realização de dinâmicas de grupo, envolvendo Alunos e Professores, objetivando a melhoria das relações interpessoais na Escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização de todos para melhoria da autoestima;
<p>11 - Descumprimento do Calendário Escolar: desperdício do tempo e do espaço escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organização da rotina diária, definindo o tempo gasto para realização de cada atividade; - Privilégio às atividades de ensino, evitando cópias desnecessárias; - Planejamento cuidadoso das atividades escolares; - Monitoramento do Calendário pela Equipe Gestora; - Utilização de todos os espaços da Escola e do seu entorno, para a realização das atividades pedagógicas – sala de aula, biblioteca, laboratórios, pátios, quadras, praças, ruas, outros.

12 - Relacionamento interpessoal interferindo no pedagógico, acarretando indisciplina e, em muitos casos, comportamentos indesejáveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de palestras sobre o tema; - Realização de dinâmicas de grupo; - Criação de espaços na Escola para o diálogo e debates sobre a importância do conviver; - Participação dos Professores/Direção e Especialistas em palestras sobre "Administração de conflitos"
13 - Prática do Bulling pelos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de Projetos Escolares planejados com a participação dos Alunos e Professores sob a coordenação dos Especialistas em Educação; - Envolvimento do Conselho Tutelar e Promotoria Pública.
14 - 18 alunos do 6º Ano não consolidaram capacidades básicas da alfabetização e letramento.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um Plano de Intervenção Pedagógica, objetivando a consolidação das competências de alfabetização e letramento dos Alunos; - Atendimento individualizado ou a pequenos grupos de Alunos.
15 - Inexistência de Formação Continuada dos Professores de forma sistematizada.	<ul style="list-style-type: none"> - Integração da Escola com as Equipes do PIP/EF da SRE/SEE/MG.
16 - Pouca participação da Comunidade Escolar nas ações da Escola.	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação PPP da Escola junto à Comunidade Escolar; - Divulgação dos resultados das avaliações internas e externas aos pais; - Incentivo aos Pais à participação no Colegiado; - Realização de Assembleias de Pais; - Planejamento das atividades cívico- sociais e esportivas com a participação dos pais; - Envolvimento dos Pais nas atividades da Escola; - Realização de atividades na Escola em finais de semana com a participação dos familiares dos alunos; - Melhoria da educação ofertada pela Escola.

ANEXO II - ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira oferta o Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA na consecução de suas finalidades e atendendo a objetivos, princípios e disposições previstos na Legislação.

Ao organizar seu tempo e espaço escolar, considera as diversas dimensões do processo de formação humana – dimensão afetiva, cognitiva, motora, ética, entre outras.

Registra as atividades que irá realizar, para explorar de forma efetiva outros espaços físicos além da sala de aula, como os Laboratórios de Ciências e de Informática, a Biblioteca Escolar e explora também, os espaços além dos muros da escola, como os Museus, as Feiras de Cultura, os Teatros, as Praças, os Parques, entre outros.

a - Estrutura e funcionamento do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é organizado em 9 (nove) anos, com aulas de segunda a sexta-feira nos turnos manhã e tarde.

A jornada escolar no Ensino Fundamental será de, no mínimo, 4 horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio.

b - Estrutura e funcionamento do Ensino Médio

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, está organizado em 3 (três) anos, com aulas de segunda a sexta-feira no turno da manhã. Respeitados os dispositivos legais, a Escola tem o tempo escolar no Ensino Fundamental e Ensino Médio organizado, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias, podendo organizar horário escolar com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular.

ANEXO III - ENTURMAÇÃO DOS ALUNOS

A enturmação será um procedimento feito anualmente, para agrupar os alunos da mesma faixa etária para formar turmas.

São organizados em uma mesma turma, alunos em níveis diferentes de aprendizagem possibilitando ao educando mais desenvolvido a se fortalecer, enquanto ajuda o colega, com menor aprendizagem aprender o que não foi aprendido. A escola considera, também, o reagrupamento temporário de alunos, uma estratégia para atender às dificuldades de aprendizagem dos alunos, no momento certo, quando necessário.

A enturmação dos alunos é realizada com a participação efetiva da direção, dos especialistas em educação básica e dos professores da escola.

ANEXO IV - ESCRITURAÇÃO E REGISTRO ESCOLAR

A Secretaria da escola utiliza o software para proceder aos trâmites escolares, tais como: Matrícula dos Alunos, Histórico Escolar, Boletim Escolar, Relatórios etc.

Os livros de escrituração escolar constam de termos de abertura e de encerramento; as fichas de informações com as características essenciais à identificação e à comprovação dos respectivos atos, datas e assinaturas.

Será feito o registro sistemático de todas as informações e acontecimentos ocorridos na escola, utilizando-se de instrumentos específicos para cada situação. Serão mencionados os seguintes: Atas, Diário de Classe, Pasta Individual do Aluno, outros.

- Serão adotados os seguintes livros de escrituração: os livros de atas, Livro de Termo de Visita do Inspetor Escolar e livro de registro de ponto, em que se anotar a presença dos funcionários.
- Serão adotados os seguintes documentos:

Histórico Escolar;

Ficha de rendimento individual do aluno para o registro da vida escolar do aluno, durante o ano letivo;

Diários de Classe destinados ao registro, pelos professores, da frequência diária dos alunos, dos conteúdos trabalhados e dos resultados das avaliações;

Boletim Escolar destinado à comunicação entre a escola e a família do educando, de sua frequência, resultados das avaliações e de tudo mais que se fizer necessário.

ANEXO V - LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E DE CIÊNCIAS

Os laboratórios constituem mais uma estrutura organizada que oferece ao professor e aos alunos recursos e ambientes tecnológicos e científicos indispensáveis a aprendizagens significativas. Assim sendo, para a utilização dos mesmos são elaboradas pelos usuários, de forma conjunta, as normas para o bom funcionamento, com regulamento próprio.

Antes de elaborar o planejamento, os professores da escola devem definir para que a tecnologia será utilizada e prever a inserção de novos recursos nos processos de ensino e aprendizagem a partir da utilização e da implementação do Laboratório de Informática.

ANEXO VI - BIBLIOTECA ESCOLAR

A Biblioteca Escolar deverá permanecer aberta nos três turnos de funcionamento da escola, inclusive, nos horários destinados ao recreio dos alunos, para atendimento aos alunos, professores e servidores da escola.

É uma Biblioteca Escolar de médio porte, possui um acervo limitado de livros paradidáticos e literários, bem como revistas pedagógicas e jornais que circulam na sociedade.

Os Professores para o Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB) deverão incentivar e divulgar a pesquisa, a leitura desenvolvendo Projetos de leitura, de música, de artes, dentre outros.

Para isso, o PEUB deverão elaborar seus “Planos de Trabalho” articulados com as salas de aula e com os demais planos do PPP.

Nome: Biblioteca Escolar Cecília Meireles

Objetivo:

Normas de funcionamento:

Serviços prestados:

Constituição do acervo:

Empréstimos:

Horário de funcionamento:

Projetos de leitura desenvolvidos pela Biblioteca Escolar:

A Biblioteca Escolar deverá permanecer aberta, inclusive, no horário do recreio dos alunos.

ANEXO VII - LIVROS DIDÁTICOS

Os Livros Didáticos utilizados pelos alunos são escolhidos pelos professores, com a orientação dos especialistas em educação básica, através dos Guias do Livro Didático fornecido pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD/MEC e de obras disponibilizadas às Escolas pelas Editoras.

A escola avalia os Livros Didáticos escolhidos e utilizados pelos alunos, **no decorrer de todo o ano letivo**, para que haja uma escolha criteriosa e consciente. Deverá, também, incluir os alunos como partícipes do processo de avaliação, contribuindo com sugestões para a escolha dos mesmos.

Os Livros Didáticos se bem escolhidos e utilizados, constituem uma das ferramentas valiosas para o professor, na concretização dos objetivos educacionais.

ANEXO VIII - PLANOS DE ENSINO E DE AULA

Sugestão de Estrutura

Identificação do Componente Curricular

Data

Ano de Escolaridade

Eixo

Competências e Habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos

Objetivos

Metas de aprendizagem

Desenvolvimento – Citar a estratégia e/ou metodologia – de que forma serão trabalhados os conteúdos.

Recursos – relacionar os recursos e materiais e tecnológicos a serem utilizados;

Avaliação da aprendizagem – explicar com detalhes como será a avaliação:

Ter caráter: processual, formativa e participativa;

Ser contínua, cumulativa e ter função diagnóstica;

Registrar os instrumentos, recursos e procedimentos utilizados;

Definir os tempos e espaços para que os alunos com menor rendimento escolar tenham condições de ser devidamente atendidos no decorrer do ano letivo;

- Formas de realização e atividades de Intervenção Pedagógica.

- Bibliografia básica.

O professor e o especialista poderão observar a estrutura usada na elaboração das Lições de Língua Portuguesa e de Matemática do 5º ano do Ciclo Complementar e do 9º ano do Ciclo da Consolidação.

ANEXO IX - PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA - PIP

O Plano de Intervenção Pedagógica tem o propósito específico de interferir no contexto em foco, em um determinado espaço de tempo.

Estabelece metas bem definidas, objetivos claros, habilidades/Competências a serem desenvolvidas pelos alunos e ações adequadas que respondam às necessidades dos alunos.

Roteiro para auxiliar no trabalho de elaboração do PIP:

1- Identificar os pontos de melhoria da escola – EX.: alunos com dificuldades de aprendizagem.

2 - Estabelecer as Metas – Situação desejada.

3 - Definir as ações pedagógicas – o trabalho coletivo dos professores, dos especialistas, dos professores de apoio, do diretor e dos demais segmentos da escola é fundamental, pois toda a escola deverá ser mobilizada no sentido de buscar alternativas de intervenção pedagógica para atingir as metas propostas.

4 – Definir responsabilidades – Pessoas

A participação de todos na responsabilidade do alcance das metas estabelecidas deve ser evidenciada exigida. Por isso é essencial definir quem será responsável pelo quê.

O Plano de Intervenção Pedagógica deve ser revisto e atualizado mediante a situação de aprendizagem dos alunos e as necessidades reais da escola. Fazer a avaliação do que foi proposto, das ações que realmente foram implementadas, do que deu certo e, a partir das premissas – **o quê, onde, como, quem.**

Sugestão de estrutura do PIP

Metas	Justificativa	Ações ou Estratégias de Ação	Responsáveis	Período	Recursos Materiais
O que fazer?	Por que fazer?	Como fazer?	Quem vai fazer?	Quando?	Com fazer?

ANEXO X - PROJETOS ESCOLARES

Título

Justificativa: conjuga apresentação e a introdução do projeto, destacando as razões do projeto que deverão ter relação com os objetivos do Projeto Político–Pedagógico.

Objetivos: explicitam as aprendizagens pretendidas pelo projeto, que devem constar do Projeto Político–Pedagógico;

Desenvolvimento: detalha como o projeto deve ser executado, incluindo os recursos que serão utilizados, o período, os responsáveis, local;

Avaliação: Detalhar como será o processo de verificação dos resultados do projeto, como será verificado o alcance dos objetivos previstos.

ANEXO XI - SUGESTÃO DE UM CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA ESCOLA ANO: 2014

Atividade	Período/Data	Responsável
Acolhida dos Professores		
Acolhida dos Alunos – Chegada dos Alunos		
Matrícula dos Alunos		
Reuniões de Pais		
Assembleias de Pais		
Reuniões de Conselho de Classe		
Reuniões para realização do PIP		
Reuniões para monitoramento do PPP		
Reuniões do Colegiado		
Reuniões Administrativas e Pedagógicas		
Avaliações / PAAE		
Avaliações Diagnósticas		
Avaliação de Desempenho Individual		
Avaliação, análise e escolha do Livro Didático		
Avaliações Externas - PROALFA/PROEB		
Avaliação e Encerramento do Ano Letivo		
Etapas do Período Avaliativo		
Entrega das notas na secretaria da Escola		
Entrega das notas na secretaria da Escola		
Entrega dos Boletins Escolares		
Análise e divulgação dos resultados das Avaliações Externas e Internas		
Atendimento aos Alunos em Progressão Parcial		
Atendimento aos Alunos em Intervenção Pedagógica		
Classificação e Reclassificação de Alunos		
Feira de Cultura		
Feira de Ciências		
Piquenique Literário		
Excursões		
Festa Junina		
Festa da Família		
Festival de Música - Descobrimos Talentos		
Olimpíada Esportiva		
Olimpíada da Matemática		
Projeto: Educação para o Trânsito		
Projetos de Leitura, Literatura, Arte, Matemática		
Reunião de Módulo II		
Formação Continuada dos Professores - Capacitação		
Encerramento do Ano Letivo com os Alunos		
Atendimento/Entrosamento com as Equipes Central e Regional do PIP/EF		
Dia "D" "Toda Escola pode fazer a diferença" e "Toda comunidade participando"		

ANEXO XII- CONSELHO DE CLASSE

Os Conselhos de Classe devem ser realizados numa perspectiva de aprimorar a prática educativa, por isso devem priorizar as discussões sobre a disciplina, o comportamento, as práticas de sala de aula e a aprendizagem dos alunos.

É uma instância da maior importância para o processo educativo da escola. Sua função básica é contribuir para a melhoria do processo ensino e aprendizagem, mediante uma discussão coletiva dos professores, especialistas em educação e alunos, junto com a direção, na busca de alternativas para o enfrentamento dos desafios que o processo apresenta.

Como Conselho de Classe, a lei lhe confere o direito de referendar ou modificar a visão parcial que cada professor tem dos alunos no Componente Curricular, buscando perceber e analisar o desenvolvimento dos mesmos de uma forma mais ampla.

Compete ao Conselho de Classe:

- Avaliar o crescimento global do aluno;
- Considerar as características de cada aluno;
- Avaliar o desempenho escolar da turma e dos alunos individualmente, a relação professor/aluno, aluno/aluno e as questões referentes ao processo pedagógico, no decorrer de cada bimestre do ano letivo, identificando os alunos em Progressão Parcial;
- Identificar e caracterizar os alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Identificar as possíveis causas das dificuldades no processo ensino e aprendizagem;
- Planejar as atividades de Intervenção Pedagógica que os alunos deverão ter para prosseguir nos estudos, inclusive, uma atenção especial para o PIP para os alunos em Progressão Parcial;
- Orientar os professores quanto a importância da constante auto avaliação da prática de sala de aula, possibilitando o replanejamento das ações, tornando assim mais eficiente o processo ensino e aprendizagem;
- Registrar as decisões e encaminhamentos adotados pelo Conselho de Classe, que deverá ser assinada por todos os presentes na reunião.

O Conselho de Classe deve ser momento não apenas para análise dos avanços dos alunos, mas do desempenho dos Professores e da equipe escolar. Deve ser um momento para se pensar a prática educativa como um todo e como processo. As visões dos vários segmentos são da maior importância para a compreensão da atividade pedagógica. A retomada dos registros feitos nos Conselhos de Classe dá a exata dimensão dos avanços e ou retrocessos do percurso educativo.

O PPP deve conter o cronograma das reuniões de Conselho de Classe e divulgado para todos os segmentos da escola.

ANEXO XIII - PROJETOS DE INTEGRAÇÃO

No decorrer do ano letivo, serão programadas atividades pedagógicas, originadas dos Temas Transversais e dos demais fatos da atualidade, que serão desenvolvidas por projetos. Para isso, a Equipe Pedagógica e os alunos, sob a coordenação do Especialista em Educação Básica, deverão se reunir para o planejamento e desenvolvimento dos mesmos.

Será dado o foco no trabalho a partir de projetos, uma vez que estes implicam em maior participação do aluno, tornando-o sujeito de sua própria aprendizagem, construtor do seu conhecimento, mas sob a mediação segura do Professor.

A Escola Estadual Dr. Marcelo de Oliveira desenvolverá projetos de leitura, Matemática, Esportivos, Consciência Negra, Cidadania, Ética, Meio Ambiente, Convivência, Trânsito, dentre outros.

AMARAL (1997) aponta alguns pontos importantes que fundamentam e legitimam a pedagogia de projetos, que foi idealizado por Dewey:

- a – O pensamento se origina de uma situação problemática;
- b – A experiência anterior é muito importante;
- c – O critério de validade deve ser levado em conta; nossos atos devem ter eficácia na vida social.

